



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU  
NÚCLEO DE MATERIAIS PERMANENTES - SESAU-NMP

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. **Unidade Orçamentária:** Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia - SESAU/RO.  
1.2. **Unidade Requisitante:** Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO.

**2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com fulcro nos termos do Inciso II do art. 75, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, para fins de aquisição de Testes e Protocolos, visando atender as demandas de Rastreamento para o fechamento de diagnósticos de pacientes em investigação de Autismos e outros Transtornos Neurotípicos nos Serviços de Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia e Fisioterapia Neurológica do Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO, pertencente a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, **mediante dispensa em razão do valor**, conforme especificações e quantidades constantes no Item 3.2 deste Termo de Referência.

2.2. Considerando que como regra geral é a exigência do procedimento licitatório para a realização de obras, serviços, compras e alienações, concessões, permissões e locações feitas pela Administração. Entretanto, a Lei 14.133/21, em seu art. 75, II, permite aos gestores a possibilidade de contratação direta, com dispensa do procedimento ordinário de licitação, nos casos que envolvam compras com valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme Decreto nº 12.343/2024.

2.3. Diante do exposto, justifica-se a **Aquisição de formulários de aplicação testes e protocolos diagnósticos especializados, destinados ao rastreamento e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos, via dispensa de licitação em razão do valor**, nos moldes da Lei 14.133/21.

**3. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

3.1. **Objeto:** Aquisição de formulários de aplicação testes e protocolos diagnósticos especializados, destinados ao rastreamento e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos nos Serviços de Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia e Fisioterapia Neurológica do Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO.

**3.2. Detalhamento do Objeto**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Formulários de registro - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários).	BLOCO	08
02	Relatórios para o cuidador - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários).	BLOCO	08

03	Questionários socioemocionais e de comportamento adaptativo - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários).	BLOCO	08
04	Formulários de registro da escala cognitiva - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários).	BLOCO	08
05	Formulários de registro da escala de linguagem - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários).	BLOCO	08
06	Formulários de registro da escala motora - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários).	BLOCO	08
07	Formulários de registro do teste de triagem - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários).	BLOCO	08
08	RELATÓRIOS PARA O CUIDADOR (Bloco com 25 formulários).	BLOCO	08
09	QUESTIONÁRIOS SOCIEMOCIONAL E DE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08

10	<p>COLEÇÃO TDE II - TESTE DE DESEMPENHO ESCOLAR 2ª EDIÇÃO - COMPOSIÇÃO DO KIT:ITENS IMPRESSOS POR CONJUNTO (REUTILIZÁVEL): LIVRO DE INSTRUÇÕES (MANUAL) VOL1; GUIA RÁPIDO DE APLICAÇÃO VOL 2; PRANCHA DE ESTÍMULOS LEITURA 1º AO 4º ANO; PRANCHA DE ESTÍMULOS LEITURA 5º AO 9º ANO;COMPOSTO DE PRANCHA ARITMÉTICA;ITENS IMPRESSOS (DESCARTÁVEL): 1 LIVRO DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL.3; 2 LIVROS DE APLICAÇÃO DE SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 5 FOLHAS CADA VOL. 6; 2 LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 5 FOLHAS VOL 11; 1LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL.8; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 5º AO 9º VOL 13;1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL 4; 2 LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9ºANO COM 25 FOLHAS VOL 9; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM FOLHAS VOL 5;1 LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 10; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 25 FOLHAS VOL 7;LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 12; LIVRO DE AVALIAÇÃO GERAL COM 25 FOLHAS VOL. 1</p>	KIT	1
11	LIVRO DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL.3 (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	1
12	LIVROS DE APLICAÇÃO DE SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 5 FOLHAS CADA VOL. 6;	BLOCO	10
13	LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 5 FOLHAS VOL 11;	BLOCO	10
14	1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL.8	BLOCO	1

15	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 5º AO 9º VOL 13 ( BLOCO COM 5 FORMULÁRIOS)	BLOCO	10
16	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL 4;	BLOCO	1
17	2 LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 9;	BLOCO	1
18	LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM FOLHAS VOL 5	BLOCO	1
19	LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 10;	BLOCO	1
20	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 25 FOLHAS VOL 7	BLOCO	1
21	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 12;	BLOCO	1
22	LIVRO DE AVALIAÇÃO GERAL COM 25 FOLHAS VOL. 14	BLOCO	1
23	TESTE R-2 – TESTE NÃO VERBAL DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇA. COMPOSIÇÃO: 1 LIVRO DE INSTRUÇÕES; 1 LIVRO DE EXERCÍCIOS; 1 BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS; 1 CRIVO DE CORREÇÃO. (CRIVO DE CORREÇÃO: CERTIFICADO DE CORREÇÃO ON-LINE).	KIT	01
24	TESTE R-2 - (BLOCO DE APLICAÇÃO COM 25 FORMULÁRIOS)	BLOCO	02

25	<p>TESTE SON-R - COMPOSIÇÃO DO KIT:01 MALETA DE MADEIRA; 01 MANUAL; 01 SUBTESTE MOSAICOS - CADERNO DE APLICAÇÃO; DUAS MOLDURAS CINZA; CAIXA COM TRÊS COMPARTIMENTOS E TAMPAS INDIVIDUAIS; 01 SUPERTESTE CATEGORIAS - CONJUNTO DE QUADRADOS (OITO VERMELHOS, OITO AMARELOS E NOVE VERMELHO/AMARELOS); 01 SUBTESTE SITUAÇÕES - CADERNO DE APLICAÇÃO; CARTOLINA AMARELA E CAIXA DE CARTÕES; 01 CADERNO SUBTESTE PADRÕES SON-R, CADERNOS DE APLICAÇÃO (50); CARTOLINA AMARELA; 02 LÁPIS; 01 BORRACHA; 01 APONTADOR; 50 FOLHAS DE RESPOSTA; CORREÇÃO INFORMATIZADA.</p>	KIT	01
26	<p>CADERNO SUBTESTE PADRÕES SON-R, de 02 anos e meio à 7 anos.- (COM 50 FORMULÁRIOS) TESTE NÃO VERBAL PARA AVALIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA GERAL.</p>	UND	01
27	<p>PROTOCOLO DE REGISTRO - WASI- ESCALA WECHSLER ABREVIADA DE INTELIGÊNCIA DE EDITORA CASA DO PSICÓLOGO (ANO DE PUBLICAÇÃO: 2014) - INSTRUMENTO RESTRITO A PSICÓLOGOS</p>	UND	50
28	<p>BLOCO DE FORMULÁRIOS DE RESPOSTAS - CMMS-3 - ESCALA DE MATURIDADE MENTAL COLÚMBIA 3 DE EDITORA PEARSON CLINICAL BRASIL ANO de publicação: 2018</p>	BLOCO	02
29	<p>KIT ETDAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/ HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR. COMPOSIÇÃO DO KIT:1 MANUAL; 5 FICHAS DE AVALIAÇÃO; 1 BLOCO DE PROTOCOLO DE CORREÇÃO COM 25 FORMULÁRIOS.</p>	KIT	01
30	<p>FICHAS DE AVALIAÇÃO DO ETDAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR</p>	UND	10
31	<p>BLOCO DE PROTOCOLO DE CORREÇÃO DO ETDAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR</p>	BLOCO	02

32	ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO – EM PORTUGUÊS COMPOSIÇÃO DO KIT :01 MANUAL DE APLICAÇÃO; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE) PARA AS FAIXAS ETÁRIAS: 2,5 A 4,5 ANOS; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE) 4 A 18 ANOS; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE); A PARTIR DE 18 ANOS ADULTO AUTORRELATO; A PARTIR DE 18 ANOS ADULTO HETERORRELATO; A CORREÇÃO CONTÉM NO MÍNIMO 10 FOLHAS DE CADA FORMULÁRIO.	KIT	01
33	ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 4,5 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)	BLOCO	02
34	ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 18 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)	BLOCO	02
35	ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA A PARTIR DOS 18 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)	BLOCO	02
36	PROTOCOLOS DE REGISTRO - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)	UND	10
37	PROTOCOLOS DE RESPOSTA I - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)	UND	10
38	PROTOCOLOS DE RESPOSTA II - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)	UND	10
39	PROTOCOLOS DE REGISTRO GERAL - WAIS III - ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS (COM 10 GABARITOS CADA).	UND	10
40	PROTOCOLOS PROCURAR SÍMBOLOS - WAIS III - ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS (COM 10 GABARITOS CADA).	UND	10

41	VINELAND - 3 - KIT COMPLETO - ESCALAS DE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO VINELAND - COMPOSIÇÃO DO KIT:: -1 MANUAL; 5 FORMULÁRIOS ENTREVISTA EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS ENTREVISTA DE DOMÍNIO; 5 FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES DE DOMÍNIO; 5 FORMULÁRIOS PROFESSORES EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS PROFESSORES DE DOMÍNIO.	KIT	01
42	FORMULÁRIOS ENTREVISTA EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40
43	FORMULÁRIOS ENTREVISTA DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40
44	FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40
45	FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40
46	FORMULÁRIOS PROFESSORES EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40
47	FORMULÁRIOS PROFESSORES DE DOMÍNIO(COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40
48	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS II (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	02
49	NEUPSILIN-INF-LIVRO DE APLICAÇÃO (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS).	BLOCO	02
50	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS volume III (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	02
51	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS volume IV (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	02
52	FIGURAS COMPLEXAS DE REY - COMPOSIÇÃO DO KIT:01 MANUAL; 01 CARTÃO DE APLICAÇÃO FIGURA A E FIGURA B; 01 CARTÃO DE APURAÇÃO FIGURA A; 01 CARTÃO DE APURAÇÃO FIGURA B; 01 BLOCO COM 25 FICHAS DE ANOTAÇÃO FIGURA A; 01 BLOCO COM 25 FICHAS DE ANOTAÇÃO FIGURA B.	KIT	02

### 3.3. Classificação do objeto

3.3.1. O objeto de aquisição constante dos presentes autos classifica-se como **BEM DE NATUREZA COMUM**, uma vez que não envolve técnicas desconhecidas no mercado, não requer inovação tecnológica para a sua execução, e não se trata de objeto a ser produzido sob encomenda para adaptação a um caso concreto, tratando-se assim de bem comum, pois é possível estabelecer ao objeto seus padrões de qualidade e desempenho característicos, por intermédio de especificações usualmente utilizadas no mercado, de modo que é possível a decisão entre os materiais ofertados pelos participantes com base no menor preço.

3.3.2. A classificação como comum não se confunde com a complexidade do objeto. O que deve ser verificada é a possibilidade de seus padrões de desempenho e qualidade serem definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado, o que fica evidente no presente instrumento convocatório. Poderia dizer-se que bem ou serviço comum é aquele que possui identidade e características padronizadas, estando amplamente disponível no mercado e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

### 3.4. Da Memória de Cálculo:

3.4.1. A definição dos quantitativos a serem adquiridos por meio desta solicitação foi realizada e apresentada pela unidade requisitante, conforme o Documento de Oficialização da Demanda 10 (0055792685) e a Errata CERO-DRCLÍNICA (0055896407). Essa definição é de responsabilidade técnica da unidade requisitante, que a elaborou com base nas necessidades específicas relacionadas ao atendimento rotineiro. Como referência, foram consideradas as demandas previamente identificadas pela unidade.

### 3.5. Do Quantitativo/Memória de Cálculo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MEMÓRIA DE CÁLCULO
1	Formulários de registro - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	"Item 1 ao 09- ESCALA BAYLAY  1. Premissas Gerais Para calcular a demanda anual de materiais, utilizaremos a seguinte fórmula: $D = P \times F \times U$ $D = P \times F \times U$ Onde: D = Demanda Anual (número de formulários/blocos necessários); P = Quantidade de pacientes atendidos por período (ano,
2	Relatórios para o cuidador - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	
3	Questionários socioemocionais e de comportamento adaptivo- ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	
4	Formulários de registro da escala cognitiva - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	
5	Formulários de registro da escala de linguagem - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	
6	Formulários de registro da escala motora - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	

7	Formulários de registro do teste de triagem - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	<p>mês, etc.); F = Frequência de testes/sessões por paciente; U = Quantidade de formulários/blocos utilizados por sessão.</p> <p>2. Cálculos por Item Item 01 - Escala Bayley. Premissas: Pacientes/mês: 25; Testes/sessões por paciente: 5; Formulários/blocos por teste: 1; Ações de ""Fecha Laudos"" com 268;. adicionais. Cálculo Total da Demanda Anual: Ambulatório: D1 = 25 pacientes/mês × 5 testes/paciente × 12 meses D1= 1.500 testes Fecha Laudos: D 2 = 268 testes adicionais D 2 = 268 Demanda Total: D = D 1 + D 2 = 1.500 + 268 = 1.768 testes Materiais Necessários: Formulários de Registro: Blocos com 25 unidades. Formulários de Registro: Blocos com 25 unidades. Blocos=1.768(testes) / 25 (folhas por bloco) = 71 blocos (aproximadamente)"</p>
8	RELATÓRIOS PARA O CUIDADOR (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	
9	QUESTIONÁRIOS SOCIEMOCIONAL E DE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	8	

10	<p>COLEÇÃO TDE II - TESTE DE DESEMPENHO ESCOLAR 2ª EDIÇÃO - COMPOSIÇÃO DO KIT:</p> <p>ITENS IMPRESSOS POR CONJUNTO (REUTILIZÁVEL): livro de instruções ( manual) vol1; guia rápido de aplicação vol. 2; prancha de estímulos leitura 1º ao 4º ano; prancha de estímulos leitura 5º ao 9º ano; composto de prancha aritmética;</p> <p>ITENS IMPRESSOS (DESCARTÁVEL): 1 livro de aplicação subteste escrita 1º ao 9º ano com 25 folhas vol.3; 2 livros de aplicação de subteste aritmética 1º ao 5º ano com 5 folhas cada vol. 6; 2 livros de aplicação subteste aritmética 6º ao 9º ano com 5 folhas vol 11; 1 livro de avaliação subteste leitura 1º ao 4º ano com 25 folhas vol.8; 1 livro de avaliação subteste leitura 5º ao 9º vol. 13; 1 livro de avaliação subteste escrita 1º ao 4º ano com 25 folhas vol. 4; 2 livros de aplicação subteste escrita 5º ao 9ºano com 25 folhas vol 9; 1 livro de avaliação qualitativa subteste escrita 1º ao 4º ano com folhas vol. 5; 1 livro de avaliação qualitativa subteste escrita 5º ao 9º ano com 25 folhas vol. 10; 1 livro de avaliação subteste aritmética 1º ao 5º ano com 25 folhas vol. 7; livro de avaliação subteste aritmética 6º ao 9º ano com 25 folhas vol. 12; livro de avaliação geral com 25 folhas vol. 1</p>	KIT	1	
11	LIVRO DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL.3 (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	1	
12	LIVROS DE APLICAÇÃO DE SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 5 FOLHAS CADA VOL. 6;	BLOCO	10	Item 10 ao 22- TDE II - Teste de Desempenho Escolar Premissas: Pacientes atendidos/ano: 100 Testes/sessões por paciente: 5 Formulários/blocos por teste: 1

13	LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 5 FOLHAS VOL 11;	BLOCO	10
14	1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL.8	BLOCO	1
15	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 5º AO 9º VOL 13 ( BLOCO COM 5 FORMULÁRIOS)	BLOCO	10
16	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL 4;	BLOCO	1
17	2 LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 9;	BLOCO	1
18	LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM FOLHAS VOL 5	BLOCO	1
19	LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 10;	BLOCO	1
20	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 25 FOLHAS VOL 7	BLOCO	1
21	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 12;	BLOCO	1
22	LIVRO DE AVALIAÇÃO GERAL COM 25 FOLHAS VOL. 14	BLOCO	1

Cálculo:  
 $D = 100 \text{ pacientes} \times 5 \text{ testes/paciente} = 500 \text{ testes.}$   
 Materiais Necessários:  
 Blocos de Formulários (25 unidades/bloco):  
 $\text{Blocos} = 500 \text{ (testes)} / 25 \text{ (folhas por bloco)} = 20 \text{ blocos.}$

23	<p>TESTE R-2 – TESTE NÃO VERBAL DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇA.          COMPOSIÇÃO:          1 LIVRO DE INSTRUÇÕES; 1 LIVRO DE EXERCÍCIOS; 1 BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS; 1 CRIVO DE CORREÇÃO. (CRIVO DE CORREÇÃO: CERTIFICADO DE CORREÇÃO ON-LINE).</p>	KIT	1	<p>Item 23 ao 24 - Teste R-2          Premissas: Testes necessários: 50 formulários;          Materiais Necessários: Blocos de 25 unidades; Blocos = 50 (testes) / 25 (folhas por bloco) = 2 blocos.</p>
24	<p>TESTE R-2 - (BLOCO DE APLICAÇÃO COM 25 FORMULÁRIOS)</p>	BLOCO	2	
25	<p>TESTE SON-R - COMPOSIÇÃO DO KIT: 01 MALETA DE MADEIRA; 01 MANUAL; 01 SUBTESTE MOSAICOS - CADERNO DE APLICAÇÃO; DUAS MOLDURAS CINZA; CAIXA COM TRÊS COMPARTIMENTOS E TAMPAS INDIVIDUAIS; 01 SUPERTESTE CATEGORIAS - CONJUNTO DE QUADRADOS (OITO VERMELHOS, OITO AMARELOS E NOVE VERMELHO/AMARELOS); 01 SUBTESTE SITUAÇÕES - CADERNO DE APLICAÇÃO; CARTOLINA AMARELA E CAIXA DE CARTÕES; 01 CADERNO SUBTESTE PADRÕES SON-R, CADERNOS DE APLICAÇÃO (50); CARTOLINA AMARELA; 02 LÁPIS; 01 BORRACHA; 01 APONTADOR; 50 FOLHAS DE RESPOSTA; CORREÇÃO INFORMATIZADA.</p>	KIT	1	<p>Item 25 ao 26 - TESTE SON-R          Premissas: Testes necessários: 50 formulários.          Materiais Necessários: Blocos de 50 unidades; Blocos = 50 (testes) / 50 (folhas por bloco) = 1 bloco.</p>
26	<p>CADERNO SUBTESTE PADRÕES SON-R, de 02 anos e meio à 7 anos.- (COM 50 FORMULÁRIOS) TESTE NÃO VERBAL PARA AVALIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA GERAL.</p>	UND	1	

27	PROTOCOLO DE REGISTRO - WASI- ESCALA WECHSLER ABREVIADA DE INTELIGÊNCIA DE EDITORA CASA DO PSICÓLOGO (ANO DE PUBLICAÇÃO: 2014) - INSTRUMENTO RESTRITO A PSICÓLOGOS	UND	50	Item 27- TESTE WASI Premissas: Testes necessários: 50 formulários. Materiais Necessários: 50 unidades de formulários; Blocos = 50 (testes) / 1 (teste por formulário) = 50 unidades
28	BLOCO DE FORMULÁRIOS DE RESPOSTAS - CMMS-3 - ESCALA DE MATURIDADE MENTAL COLUMBIA 3 DE EDITORA PEARSON CLINICAL BRASIL ANO de publicação: 2018	BLOCO	2	Item 28 - CMMS-3 Premissas: Testes necessários: 50 formulários. Materiais Necessários: Blocos de 25 unidades: Blocos = 50 (testes) / 25 (folhas por bloco) = 2 Blocos.
29	KIT ETDAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/ HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR. COMPOSIÇÃO DO KIT: 1 MANUAL; 5 FICHAS DE AVALIAÇÃO; 1 BLOCO DE PROTOCOLO DE CORREÇÃO COM 25 FORMULÁRIOS.	KIT	1	
30	FICHAS DE AVALIAÇÃO DO ETDAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	UND	10	Item 29 ao 31 - KIT ETDAH II - Premissas: Testes necessários: 25 formulários. Materiais Necessários: Blocos de 25 unidades: Blocos = 50 (testes) / 25 (folhas por bloco) = 2 Blocos.
31	BLOCO DE PROTOCOLO DE CORREÇÃO DO ETDAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	BLOCO	2	

32	<p>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO – EM PORTUGUÊS</p> <p>COMPOSIÇÃO DO KIT :</p> <p>01 MANUAL DE APLICAÇÃO;  01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE) PARA AS FAIXAS ETÁRIAS: 2,5 A 4,5 ANOS; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE) 4 A 18 ANOS; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE); A PARTIR DE 18 ANOS ADULTO AUTORRELATO; A PARTIR DE 18 ANOS ADULTO HETERORRELATO; A CORREÇÃO CONTÉM NO MÍNIMO 10 FOLHAS DE CADA FORMULÁRIO.</p>	KIT	1	<p>Item 32 ao 35- ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO</p> <p>Premissas: Testes necessários: 20 formulários para cada Escala</p> <p>Materiais Necessários:  Blocos de 10 unidades: Blocos = 20 (testes) / 10 (folhas por bloco) = 2 Blocos.</p> <p>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 4,5 ANOS = 2 Blocos.</p> <p>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 18 ANOS = 2 Blocos.</p> <p>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA A PARTIR DOS 18 ANOS = 2 Blocos.</p>
33	<p>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 4,5 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)</p>	BLOCO	2	
34	<p>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 18 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)</p>	BLOCO	2	
35	<p>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA A PARTIR DOS 18 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)</p>	BLOCO	2	
36	<p>PROTOCOLOS DE REGISTRO - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)</p>	UND	10	<p>Item 36 ao 38- WISC IV - Escala Wechsler para Crianças</p> <p>Premissas: Testes necessários: 10 unidades para cada protocolo (Registro,</p>

37	PROCOLOS DE RESPOSTA I - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)	UND	10	Resposta I e II). Materiais Necessários: Protocolos de Registro: 10 blocos; Protocolos de Resposta I: 10 blocos; Protocolos de Resposta II: 10 blocos.
38	PROCOLOS DE RESPOSTA II - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)	UND	10	
39	PROCOLOS DE REGISTRO GERAL - WAIS III - ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS (COM 10 GABARITOS CADA).	UND	10	Item 39 ao 40 - WAIS III (Escala Wechsler de Inteligência para Adultos) Premissas: Pacientes atendidos: 50/ano Testes por paciente: 1 Unidades/blocos de formulários: Protocolo de Registro Geral: 10 unidades (10 gabaritos/bloco); Protocolo Procurar Símbolos: 10 unidades (10 gabaritos/bloco). Cálculo Para cada tipo de protocolo: D= 50×110=5 unidades por tipo. D = 5 unidades por tipo. Demanda Total: Protocolo de Registro Geral: 5 blocos; Protocolo Procurar Símbolos: 5 blocos Total: 10 blocos
40	PROCOLOS PROCURAR SÍMBOLOS - WAIS III - ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS (COM 10 GABARITOS CADA).	UND	10	

41	VINELAND - 3 - KIT COMPLETO - ESCALAS DE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO VINELAND - COMPOSIÇÃO DO KIT:: 1 MANUAL; 5 FORMULÁRIOS ENTREVISTA EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS ENTREVISTA DE DOMÍNIO; 5 FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES DE DOMÍNIO; 5 FORMULÁRIOS PROFESSORES EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS PROFESSORES DE DOMÍNIO.	KIT	1	Item 41 ao 47- Vineland-3 (Escala de Comportamento Adaptativo) Premissas: Pacientes atendidos: 100/ano. Testes por paciente: 1. Formulários disponíveis: Entrevista Extensiva: 40 unidades (5 gabaritos cada); Entrevista de Domínio: 40 unidades (5 gabaritos cada); Pais/Cuidadores Extensivo: 40 unidades (5 gabaritos cada); Pais/Cuidadores Domínio: 40 unidades (5 gabaritos cada); Professores Extensivo: 40 unidades (5 gabaritos cada); Professores Domínio: 40 unidades (5 gabaritos cada). Cálculo: Para cada tipo de formulário: $D=P \times F$ Gabaritos/Unidade. $D = 100 \times 1 / 5 = 2$ unidades por tipo. Demanda Total: Entrevista Extensiva: 20 unidades; Entrevista de Domínio: 20 unidades; Pais/Cuidadores Extensivo: 20 unidades; Pais/Cuidadores Domínio: 20 unidades; Professores Extensivo: 20 unidades; Professores Domínio: 20 unidades. Total: 120 unidades.
42	FORMULÁRIOS ENTREVISTA EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	
43	FORMULÁRIOS ENTREVISTA DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	
44	FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	
45	FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	
46	FORMULÁRIOS PROFESSORES EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	
47	FORMULÁRIOS PROFESSORES DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	
48	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS II (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	2	Item 48 ao 51 - Coleção NEUPSILIN-INF (Instrumento Neuropsicológico Infantil) Premissas:

49	NEUPSILIN-INF-LIVRO DE APLICAÇÃO (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS).	BLOCO	2	Pacientes atendidos: 80/ano. Testes por paciente: 1 Formulários disponíveis:
50	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS volume III (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	2	Livro de Estímulos II: Blocos com 25 unidades. Livro de Aplicação: Blocos com 10 unidades. Cálculo
51	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS volume IV (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	2	Livro de Estímulos II: $D=P \times F = 80 \times 1/25 = 4$ blocos. Livro de Aplicação: $D=P \times F = 80 \times 1/10 = 8$ blocos. Demanda Total: Livro de Estímulos II: 4 blocos. Livro de Aplicação: 8 blocos
52	FIGURAS COMPLEXAS DE REY - COMPOSIÇÃO DO KIT: 01 MANUAL; 01 CARTÃO DE APLICAÇÃO FIGURA A E FIGURA B; 01 CARTÃO DE APURAÇÃO FIGURA A; 01 CARTÃO DE APURAÇÃO FIGURA B; 01 BLOCO COM 25 FICHAS DE ANOTAÇÃO FIGURA A; 01 BLOCO COM 25 FICHAS DE ANOTAÇÃO FIGURA B.	KIT	2	Item 52 - FIGURAS COMPLEXAS DE REY Premissas: Pacientes atendidos: 50/ano. Kit com 25 Formulários: 50 pacientes / 25 (formulários) = 2 Blocos.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - JUSTIFICATIVA

4.1. Conforme descrito no Documento de Oficialização de Demanda 10 (0063525634), Errata CERO-DRCLÍNICA (0063525677), Relação de itens fracassados (0063526916)

4.2. **Da necessidade da Coordenadoria de Cuidados da Pessoa com Deficiência - SESAUCCPD**

(...)

A Secretaria de Saúde de Rondônia (SESAU), por meio do Centro de Reabilitação de Rondônia (CERO), encontra-se em processo de habilitação junto ao Ministério da Saúde e identifica como essencial a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de testes e protocolos especializados. Essa aquisição é indispensável para a realização de diagnósticos precisos e embasados de pacientes em investigação de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos, atendendo às demandas técnicas e legais.

Os transtornos do espectro autista e neurotípicos representam condições complexas que impactam o desenvolvimento neurológico, social e comportamental, exigindo ferramentas de avaliação específicas para assegurar um diagnóstico adequado. O rastreamento precoce desses transtornos é reconhecido como um fator determinante para intervenções terapêuticas eficazes, possibilitando melhorias significativas na qualidade de vida dos pacientes e suas famílias.

A ausência de instrumentos padronizados e validados atualmente limita a capacidade diagnóstica e terapêutica do CERO, comprometendo a elaboração de planos de intervenção individualizados. Assim, a aquisição de testes especializados permitirá:

\* Fornecimento de ferramentas diagnósticas de ponta: Escalas de desenvolvimento, inteligência, comportamento adaptativo e protocolos específicos para TEA e transtornos neurotípicos, fundamentais para avaliações técnicas e embasadas.

\* Aprimoramento dos serviços clínicos: Garantir diagnósticos mais precisos e consistentes, resultando em planos terapêuticos eficazes e alinhados às necessidades individuais de cada paciente.

\* Cumprimento das normativas ministeriais: Atender aos critérios exigidos para a habilitação do CERO como unidade de referência em reabilitação, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Os materiais adquiridos atenderão às demandas das equipes multidisciplinares do CERO, incluindo áreas como: Psicologia, Neuropsicologia, Psicopedagogia e Neurológica, garantindo suporte técnico para um diagnóstico abrangente e de qualidade.

O fortalecimento da capacidade diagnóstica do CERO é fundamental para consolidar o serviço como referência em saúde no estado de Rondônia, promovendo uma abordagem integral e humanizada, alinhada às políticas nacionais de saúde e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

4.3. **NOTA:** As informações apresentadas a seguir têm como base os documentos (0039469680, 0060364945):

4.4. A aquisição dos materiais solicitados é essencial para viabilizar a execução da ação de atendimento "**Fecha Laudo**", projeto-piloto desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, com foco no atendimento de crianças em fila de espera para consultas em **neuropediatria**, que necessitam de **Laudo de Avaliação Médica** e **atendimento multiprofissional** para diagnóstico de **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**.

4.5. O modelo adotado para a ação é o de **atendimento em circuito**, o qual demanda estrutura física e logística adequadas, de modo a garantir que os pacientes sejam atendidos por diversas especialidades em um mesmo turno, com estimativa de permanência de até quatro horas. Para tanto, é imprescindível que o ambiente de atendimento seja acolhedor e que a equipe multidisciplinar disponha dos materiais e instrumentos necessários para a realização de atendimentos qualificados, garantindo a eficácia do diagnóstico e do plano individualizado de autocuidados.

4.6. A presente aquisição está alinhada às diretrizes do **Plano de Ação da Política de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva do Estado de Rondônia**, conforme estabelecido no **Processo SEI nº 0007.000255/2023-15** e no **Acórdão APL-TC 00321/22**, cujas ações encontram-se em fase de execução desde o ano de 2024, conforme registrado nos relatórios de monitoramento emitidos - 1º Relatório de Monitoramento das Atividades da Educação Inclusiva (0053915363) e no 2º Relatório de Monitoramento das Atividades da Educação Inclusiva (0056711424).

4.7. A aquisição de testes e protocolos específicos para o Centro de Reabilitação de Rondônia (CERO/SESAU) tem como principal objetivo assegurar a continuidade dos atendimentos na área de Neuropsicologia — campo essencial para a realização de diagnósticos precisos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições neurobiológicas. A ausência de instrumentos de avaliação padronizados comprometeria gravemente a capacidade de diagnóstico, inviabilizando os atendimentos e acarretando o represamento da demanda, com consequente aumento expressivo da fila de espera e potencial elevação das demandas judiciais, impactando negativamente o erário público.

4.8. Dessa forma, justifica-se a presente aquisição como medida indispensável para garantir a continuidade e a efetividade do projeto em execução, assegurando um atendimento qualificado, técnico e humanizado às crianças com suspeita ou diagnóstico de TEA. A iniciativa está plenamente alinhada às políticas públicas vigentes de saúde e educação inclusiva, contribuindo para a consolidação de um sistema de atenção integral, eficiente e socialmente justo.

## 5. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

5.1. O objeto da presente licitação não envolve soluções de TIC, conforme Art 42. do Decreto Estadual 28.874/2024.

## 6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO

6.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto Art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como , Art. 42, inciso IV, do Decreto Estadual 58.874/2024, todavia é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

6.2. Logo, a aquisição deve ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, visando propiciar a ampla participação de licitantes, e desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

6.3. Na presente demanda indica-se que seja **realizado por item**, favorecendo assim a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

6.4. A aquisição com parcelamento por item do presente objeto/solução se trata de método mais vantajoso para a Administração, tendo em vista que os itens isolados resguardam padronização de características, qualidade e utilização próprias, bem como desta forma se aumenta significativamente as possibilidades de amplitude da concorrência e sucesso da aquisição.

## 7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

7.1. **Fica vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio e cooperativa, tendo em vista o objeto da dispensa não é de grande porte, complexo tecnicamente, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa.

7.2. A ausência de consórcio e cooperativa não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios ou cooperativa é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

7.3. A vedação a participação de empresas em forma de consórcio ou cooperativa no presente procedimento licitatório não trará prejuízos à competitividade do certame.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A melhor solução para o atendimento desta demanda é a aquisição direta por meio de dispensa de licitação, conforme previsão do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação enquadra-se nos limites estabelecidos pela legislação.

8.2. A descrição da Solução como um todo incluem:

8.3. **Diagnósticos mais precisos e assertivos e em tempo hábil:**

8.4. Identificação precoce de condições neuro típicas e neurológicas, possibilitando intervenções terapêuticas adequadas.

8.5. Redução de erros ou atrasos no fechamento de diagnósticos, garantindo maior segurança para os pacientes e suas famílias.

8.6. **Desenvolvimento de planos terapêuticos personalizados:**

8.7. Criação de estratégias de intervenção individualizadas, baseadas nos resultados dos testes, maximizando a eficácia dos tratamentos em Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia e Fisioterapia Neurológica.

8.8. **Maior eficiência nos serviços do CERO:**

8.9. Melhoria do fluxo de atendimento e das decisões clínicas, com base em ferramentas padronizadas e reconhecidas cientificamente.

8.10. Redução de tempo e custo em avaliações, permitindo maior abrangência no número de pacientes atendidos.

8.11. **Habilitação do CERO no Ministério da Saúde:**

8.12. Alinhamento aos critérios e normativas exigidos para se tornar uma unidade de referência

em reabilitação no Brasil, assegurando reconhecimento e apoio institucional.

8.13. **Fortalecimento da equipe multidisciplinar:**

8.14. Capacitação dos profissionais no uso de ferramentas avançadas de avaliação, ampliando sua expertise e promovendo um atendimento integrado e qualificado.

8.15. **Impacto positivo na qualidade de vida dos pacientes:**

8.16. Maior inclusão social, escolar e profissional das pessoas diagnosticadas, possibilitando o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

8.17. Com esses resultados, espera-se que o CERO se torne um modelo de referência no diagnóstico e acompanhamento de TEA e outros transtornos neurotípicos em Rondônia.

8.18. Os itens deverão seguir as especificações técnicas e quantitativos descritos no item 3 - Definição do Objeto deste Termo de Referência.

8.19. Por se tratarem de itens destinado a saúde e elaboração de laudos, durante o período de garantia legal do produto, o fornecedor deverá realizar a **substituição dos itens com defeito**, caso identificados problemas de fabricação ou inadequado, sem ônus para a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO.

8.20. O material deverá dispor de cobertura de garantia legal, conforme especificado no Item 10 - Garantia do Objeto.

## 9. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. A Contratação em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como as seguintes normas:

9.2. Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022 - Ministério da Economia;

9.3. Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

9.4. **LOCAL/HORÁRIO DE ENTREGA:**

9.4.1. O objeto deverá ser entregue na Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - CAP, na Rua Aparício de Moraes, 4348, Bairro Industrial. CEP: 76.821-240, Porto Velho/RO, de Segunda a Sexta Fera, das 7h30min às 13h30min.

9.5. **PRAZO/CRONOGRAMA DE ENTREGA:**

9.5.1. A entrega deverá ocorrer conforme solicitação via requisição da Secretaria de Saúde com definição de quantidade e prazo de não superior a 10 (dez) dias corridos, contado a partir da confirmação de recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar.

9.5.2. No caso de não confirmação de recebimento da requisição do objeto pela Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a requisição será dada como recebida.

9.6. **LOCAL DE UTILIZAÇÃO:**

9.6.1. Nome da Unidade: Centro de Reabilitação de Rondônia CERO. Endereço da Unidade Solicitante: Av. Barão do Amazonas nº 9960 Bairro Mariana Porto Velho RO

9.7. **RECEBIMENTO DO OBJETO**

9.8. O recebimento do objeto será realizado por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços designada pela Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, da unidade requisitante ou ainda por comissão especificamente designada, à critério da Administração, conforme Art. 140, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.9. A Contratante promoverá através de seus representantes o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando as falhas detectadas e comunicando a Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela através dos procedimentos de recebimento que se dará da seguinte forma:

9.10. **Provisoriamente** por servidor ou comissão designada pela, de forma sumária

imediatamente depois de efetuada a entrega através de recibo aposto na nota fiscal. O recebimento provisório deve ser concluído dentro do prazo de até 05 (cinco) dias, devendo o CAP/SESAU/RO neste interim tomar as devidas providências para que ocorra o recebimento definitivo juntamente à unidade requisitante, a fim de se proceder a verificação da conformidade dos produtos com as especificações de forma integrada.

9.11. **Definitivamente** por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços designada pela Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - CAP unidade requisitante, ou por comissão especificamente designada, depois de concluída a vistoria, encerrado o prazo de observação que não poderá exceder 10 (dez) dias, e, mediante termo detalhado que comprove adequação do objeto ao requerido e aprovado pela Administração, o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação.

9.12. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual;

9.13. Em fomento à assertividade na análise técnica do objeto a comissão de recebimento poderá dispor de avaliação complementar de setor especializado ou comissão especialmente designada, caso necessário, por sua conveniência e oportunidade.

9.14. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

9.15. A Contratante poderá rejeitar no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as especificações técnicas do objeto ou com as obrigações assumidas.

9.16. Se o fornecedor vencedor tiver comprovadamente dificuldades para entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido, não sofrerá multa, caso informe oficialmente com antecedência de mínimo 03 (três) dias úteis, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada à Gerência responsável, que com autorização do Secretário de Estado da Saúde, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo, ou determinará a cominação das multas cabíveis, que ocorrerá a partir da efetiva notificação;

9.17. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;

9.18. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório as especificações contidas no Termo de Referência;

9.19. O objeto deverá ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes no Termo de Referência, não sendo permitido a Comissão, receber os materiais fora das especificações pré-definidas.

9.20. O objeto deverá ser indiscutivelmente novo e sem uso. Não serão aceitos itens que tenham sido objeto de quaisquer processos de reciclagem ou recondicionamento. Deverão estar acondicionados em embalagem própria conforme ao fabricante, garantindo sua integridade.

9.21. A Contratada fica sujeito às sanções administrativas previstas, quando for o caso.

9.22. Todo o material deverá ser entregue em embalagens individuais, em perfeito estado de conservação, lacrada e adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos;

9.23. O recebimento se dará por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços da unidade requisitante devidamente designada pela Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, ou por comissão especificamente designada, conforme Art. 140, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo a comissão solicitar assistência técnica de profissional habilitado quando a natureza e a complexidade do objeto assim o recomendarem, conforme § 1º, do Art. 73 da mesma Lei.

9.24. Finalizado o recebimento o material deve dar entrada oficial no patrimônio público e

controle de estoque do almoxarifado da unidade requisitante ou da coordenadoria afim da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, bem como deve ser requisitado para utilização racionalizada, conforme demanda devidamente justificada, registrada e oficial. A incorporação do bem ao patrimônio público deve ser realizada com responsabilidade ampla e permanente com seu devido uso e conservação.

#### 10. GARANTIA DO OBJETO

10.1. A aquisição do objeto deste termo inclui a obrigação de prestar as garantias do serviço de acordo com as disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Essa medida visa assegurar os direitos dos consumidores, garantindo que os serviços prestados atendam aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pela legislação vigente.

10.2. Ao adotar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor, demonstramos nosso compromisso em fornecer serviços de excelência e em respeitar os direitos dos consumidores, promovendo assim relações comerciais mais transparentes e equitativas.

10.3. O prazo para substituição de itens danificados será imediato devido a natureza do evento.

10.4. Durante o período de garantia do objeto a empresa contratada deverá se responsabilizar por sua retirada e se encarregando das providências e custos, de retirada e nova entrega, ou outras despesas afins, sem quaisquer ônus para a Administração Pública.

#### 11. VALOR ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA AQUISIÇÃO

11.1. De acordo com os parâmetros do Relatório de Pesquisa de Preços (0066438383), o valor estimado da contratação é de R\$ 24.292,48 (vinte e quatro mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos).

#### 12. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

12.1. As despesas com a aquisição correrão por meio da seguinte programação orçamentária, conforme Informação nº 1654/2025/SESAU-NPPS (0063526692):

DESCRIÇÃO DA DESPESA			
<b>OBJETO PROCESSUAL:</b> Aquisição de formulários de aplicação testes e protocolos diagnósticos especializados, destinados ao rastreamento e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos, solicitado através do Documento de Oficialização de Demanda nº 10/2024/CERO-GAB (0055792685).			
<b>Resposta ao:</b>		Despacho (0059365068)	
PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ATENDIDA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA

17.012.10.302.2034.4011 - MANTER SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS	Centro de Reabilitação de Rondônia- CERO	1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde (Estadual)  2.500.0.01002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde - Superávit (Estadual)  1.600.0.00001 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Federal)  2.600.0.00001 Superávit - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Federal)	3.3.90.30 - Material de consumo
--	---	--	---------------------------------------

### 13. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MPE

13.1. Considerando que o valor estimado é inferior a **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, a licitação será restrita à participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

13.2. Nos termos do § 4º do mesmo artigo, a fruição dos benefícios previstos para ME e EPP está condicionada à observância do limite de receita bruta anual, não sendo admitida sua aplicação quando ficar comprovado que o fracionamento de contratações com a Administração Pública tem por objetivo burlar esse limite legal.

13.3. Será concedido o tratamento favorecido previsto na legislação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais – MEI e sociedades cooperativas previstas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme o disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 8.538, de 2015.

13.4. Não haverá cota reservada, tendo em vista que a contratação será integralmente destinada à participação exclusiva de ME e EPP, o que, por si só, já configura medida de promoção ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte.

### 14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. A aquisição ocorrerá via **DISPENSA ELETRÔNICA**, em instrução de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (Art. 75, II, Lei 17.133/2021), tratando-se o objeto de bem de natureza comum, conforme classificação do objeto atestada no item 3.2 deste termo de referência.

14.2. Será adotado o **parcelamento da aquisição por item**, sendo o critério de seleção de fornecedor o **juízo de menor preço por item**.

14.3. Na escolha do fornecedor conforme sua proposta deverá constar o preço unitário por item, expressos em moeda corrente nacional, nele, incluso todas as despesas/custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

14.4. Justifica-se a presente forma e critério de seleção do fornecedor por ser mais viável do ponto de vista operacional, técnico e econômico para a Administração, em virtude de acudir o maior número de interessados em participar do certame, sem prejudicar o ganho da contratação em escala, portanto, busca-se com a segmentação por item que a especialidade prevaleça proporcionando preços mais competitivos com melhor qualidade na prestação dos serviços de fornecimento, ampliando desta forma a

competitividade.

## **15. DA PROPOSTA**

15.1. As propostas apresentadas a dispensa eletrônica deverão ter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de apresentação da proposta.

15.2. Nas propostas deverão constar o preço unitário e total para cada item, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas relacionados ao seu efetivo fornecimento, considerando custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

15.3. As propostas devem considerar integralmente as especificações técnicas comuns de cada item contido no termo de referência e Solicitação de aquisição de materiais e serviços - SAMS, não cabendo às proponentes quaisquer tipo de adaptação que promovam alterações nas especificações técnicas dos objetos.

15.4. A proposta deverá ser apresentada acompanhada em anexo de PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS ORIGINAIS DO FRABRICANTE EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens. Não serão válidos para análise cópia integral ipsis litteris das especificações técnicas do item 3.2 Detalhamento do objeto deste termo de referência em papel timbrado da empresa, uma vez que tal prática não permite a consistente avaliação dos itens ofertados.

15.5. No documento de apresentação de proposta deverá constar declaração de que o concorrente tomou conhecimento integral do Termo de Referência, das legislações e regulamentos que regem o certame e de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

## **16. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

16.1. Considerando o art. 49, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, para esta a aquisição não será exigido envio de amostra, sendo que o exame de conformidade ou a prova de conceito será realizada sob a análise da proposta apresentada, com as especificações técnicas e a caracterização dos objetos desta pretensa aquisição, permitindo a consistente avaliação dos itens, em caráter preliminar.

## **17. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

17.1. Informamos para os devidos fins que a presente contratação irá adotar a flexibilização dos requisitos de habilitação, com exigências apenas dos documentos indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelo contrato, conforme se estabelece nas normas gerais de licitações e contratos da Lei 14.133/2021, se prevê em seu Art.72, "inciso V- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima.

17.2. Portaria nº 2252 de 14 de abril de 2025 67540525 , designação da comissão técnica especificamente para avaliação técnica e emissão de parecer acerca dos documentos de habilitação relativos às Dispensas Eletrônicas.

### **17.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

17.3.1. Apresentação de atestado e/ou declaração de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais com características similares ao objeto desta pretensa aquisição, em observância ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, por razões de boas práticas administrativas.

a) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto;

b) Sendo o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente.

### **17.4. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:**

17.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

17.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

17.4.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

## **17.5. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

17.5.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

17.5.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

17.5.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

17.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

17.5.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

17.5.6. Em relação aos requisitos de regularidade fiscal, social e trabalhista, serão aceitas tanto as certidões negativas, quanto as certidões positivas com efeitos negativos.

17.5.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

17.5.8. Certidão negativa da Controladoria Geral do Estado de Rondônia - CAGEFIMP (<https://transparencia.ro.gov.br/fornecedor/emitircertidao>).

## **17.6. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

17.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

## **17.7. DECLARAÇÕES:**

17.7.1. Declaração que a empresa não emprega menor de 18 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal;

17.7.2. Declaração da futura contratada de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

## **18. DO CONTRATO E SUA EXECUÇÃO**

18.1. Considerando que a aquisição refere-se ao fornecimento de equipamentos e/ou materiais,

com entrega imediata e integral, e sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, a formalização da contratação poderá ocorrer por meio de Nota de Empenho, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Nesse sentido, a Nota de Empenho será considerada instrumento hábil para substituir o contrato formal, servindo também como marco para a contagem dos prazos de execução da entrega dos bens e/ou materiais.

## **19. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

19.1. Trata-se de aquisição de entrega imediata e integral dos materiais adquiridos, sendo a Nota de Empenho o instrumento equivalente para produzir os efeitos decorrentes.

19.2. Os insumos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

19.3. Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

19.4. Algumas medidas devem ser tomadas no cuidado com os impactos ambientais e resoluções dos problemas inseridos no envolvimento da aquisição em tela.

19.5. Desta forma, na aquisição, os possíveis impactos ambientais incluem:

### **19.6. Extração de Recursos Naturais**

19.6.1. Desmatamento: A produção de papel envolve a extração de madeira, que pode levar ao desmatamento, especialmente se não houver práticas sustentáveis de manejo florestal.

19.6.2. Degradação do Solo: A extração de minerais para tintas e pigmentos pode causar erosão e perda de nutrientes do solo.

### **19.7. Produção**

19.7.1. Consumo de Energia: A fabricação de papel, plástico, tintas e outros materiais gráficos é intensiva em energia, contribuindo para emissões de gases de efeito estufa.

19.7.2. Geração de Resíduos Industriais: Os processos industriais geram resíduos sólidos e líquidos que podem contaminar o solo e corpos d'água.

### **19.8. Transporte e Logística**

19.8.1. Consumo de Combustíveis: O transporte de grandes volumes de materiais pode elevar o consumo de recursos não renováveis.

### **19.9. Uso e Consumo**

19.9.1. Desperdício: Materiais em excesso ou inutilizados podem gerar resíduos desnecessários.

19.9.2. Toxicidade: Alguns tipos de tinta ou acabamento, como plastificação ou laminação, podem conter substâncias químicas prejudiciais ao meio ambiente.

### **19.10. Descarte e Fim de Vida Útil**

19.10.1. Poluição de Aterros: Materiais descartados inadequadamente contribuem para a superlotação de aterros sanitários.

19.10.2. Dificuldade de Reciclagem: Papéis plastificados, laminação, adesivos e tintas metálicas podem dificultar a reciclagem, aumentando os resíduos não recicláveis.

19.10.3. Microplásticos: Alguns acabamentos podem liberar partículas plásticas no meio ambiente quando descartados.

### **19.11. Medidas de Mitigação**

19.11.1. Para reduzir esses impactos, é fundamental adotar práticas sustentáveis, como:

19.11.1.1. Uso de Materiais Reciclados: Priorizar papéis e tintas reciclados ou ecológicos.

19.11.1.2. Certificações Ambientais: Escolher fornecedores que possuam certificações.

- 19.11.1.3. Impressão Sob Demanda: Produzir apenas a quantidade necessária para evitar desperdícios.
- 19.11.1.4. Tintas à Base de Água ou Vegetais: Reduzir o uso de solventes tóxicos.
- 19.11.1.5. Reciclagem e Reutilização: Implementar programas de coleta seletiva e reaproveitamento de materiais.
- 19.11.1.6. Essas ações contribuem para minimizar os danos ambientais e alinham a aquisição de materiais gráficos às políticas de sustentabilidade.

## **20. PAGAMENTO**

20.1. Insta salientar que o pagamento seguirá conforme estipulado no Art. 188 do Decreto n.º 28.874/2024, ou seja:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;

V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;

VI - comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;

VII - comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.

§ 1º Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

§ 2º Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

20.2. Por conseguinte, a nota fiscal deverá ser emitida em favor do:

a) Fundo Estadual de Saúde - RO.

b) CNPJ Nº: 00.733.062/0001-02.

c) Endereço: Av. Farquar, 2986, Complexo Rio Madeira, Edifício Rio Machado (Entrada pela PIO XII) – Bairro: Pedrinhas – CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO.

20.3. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

a) A descrição detalhada do item;

b) Valor e o período do fornecimento do objeto/da prestação do serviço;

c) Identificação de Número do Processo e identificação da Nota de empenho;

d) Identificação do Banco (código), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária, para fins de pagamento, bem com, das correções fiscais e contábeis, se for o caso.

20.4. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, consoante o disposto no art. 190 do Decreto

28.874/2024.

20.5. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão, ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.

20.6. Na hipótese da contratada não estar regular perante a Fazenda Estadual, o contratado será instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos serão remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

20.7. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciária, o pagamento será retido até a regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.8. Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

20.10. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

20.11. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

20.12. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

20.13. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES**

### **21.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

21.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas;

21.1.2. Promover o acompanhamento e o recebimento do objeto, por meio da verificação da qualidade e quantidade solicitada, levando-se em consideração, prazo de validade, se está em conformidade com o que foi solicitado nas especificações/quantitativos contidos no posterior Termo de Referência;

21.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela Contratada a

qualquer tempo;

21.1.4. Fiscalizar, acompanhar, conferir e avaliar o objeto deste termo de referência, através de representantes designados pela SESAU, conforme dispõe a Lei Nº 14.133/2021;

21.1.5. Comunicar a Contratada sobre qualquer irregularidade verificada por ocasião da execução do contrato, para que sejam tomadas as providências necessárias quanto às correções decorrentes de erros e falhas;

21.1.6. Notificar a empresa, por escrito, sobre eventuais anormalidade de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas, das eventuais aplicações de advertências e multas;

21.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderam as especificações;

21.1.8. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência;

21.1.9. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis;

21.1.10. Devolver o material caso não esteja dentro das especificações constantes do presente Estudo Técnico Preliminar, ficando a contratada sujeita às sanções.

## 21.2. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

21.2.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá:

21.2.2. Entregar o objeto desta dispensa, nas especificações contidas neste termo de referência;

21.2.3. Entregar o objeto no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

21.2.4. Entregar o objeto nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante em cada ordem de serviço;

21.2.5. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto;

21.2.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, incluindo as despesas com frete, sem qualquer ônus ao órgão requisitante, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;

21.2.7. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relaciona com o fornecimento objeto do registro; prestar ao órgão requisitante qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto.

21.2.8. Entregar o objeto nos locais definidos neste instrumento;

21.2.9. Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados por seus prepostos ao patrimônio da contratante, desde que as responsabilidades sejam efetivamente comprovadas;

21.2.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto, sem que disso decorra qualquer ônus para o órgão requisitante, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;

21.2.11. Substituir em até 10 (dez) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo, sem ônus para o contratante;

21.2.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), reconhecendo desde já a aplicabilidade desta legislação específica no fornecimento detalhado neste instrumento;

21.2.13. Assumir toda a responsabilidade pelos custos diretos e indiretos, encargos/tributos, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, adicionais de insalubridade, periculosidade, taxas, taxas de administração, fretes, carga e descarga, seguros, deslocamentos de pessoal, embalagem, validade/e ou garantia, contribuições fiscais e parafiscais, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a

entrega dos materiais;

21.2.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ata de registro de preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou ao órgão requisitante, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução da ata de registro de preços.

## **22. DA GARANTIA CONTRATUAL**

22.1. A forma de contratação do objeto não exige a previsão de condições de prestação da garantia contratual.

## **23. DA SUBCONTRATAÇÃO**

23.1. É vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato por parte da Contratada.

23.2. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/ etapa/ aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial.

## **24. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

24.1. É papel institucional da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia-SESAU/RO o atendimento aos parâmetros da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Estadual 28.874/2024 no que tange a regulamentação das contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, tendo também como objetivo permanente galgar a conformidade legal e a eficiência na gestão e fiscalização da execução dos contratos celebrados por esta instituição junto a terceiros.

24.2. No cumprimento de sua função precípua a SESAU/RO procedeu a elaboração técnica e publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia No. 86, de 10 de maio de 2024, do **MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Anexo III-(0060279643))**, este de caráter normativo com diretrizes e procedimentos que orientam a gestão e fiscalização de contratos públicos no âmbito da SESAU/RO de forma mais eficaz e eficiente, e que deve ser considerado como Modelo de Gestão de Contrato, no que couber ao objeto dos presentes autos.

## **25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

25.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte do inadimplida do contrato.

25.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

25.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado de Rondônia e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - não assinar o contrato;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não manter a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;

- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

25.4. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

25.5. A multa descrita no quadro de infrações, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

25.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

25.7. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

25.8. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

25.9. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

25.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

**Quadro - Descrições das infrações**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência;	06	4,0% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência;	06	4,0% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência;	05	3,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
7.	Fornecer informação pérfida de serviço;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente..
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
8.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
09.	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
10.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
11.	Iniciar o tratamento nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
12.	Disponibilizar os materiais e insumos e demais necessários à realização do tratamento do escopo do contrato; por ocorrência;	02	04% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
13.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
14.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência;	01	0,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
15.	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente..

**Nota:** (\*) Percentual Incidente sobre o valor da parte inadimplida

25.11. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

25.12. Após 10 (dez) dias da falta de execução quanto a entrega do objeto, será considerada inexecução total, o que ensejará a rescisão contratual.

25.13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a Contratada ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

25.14. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

25.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.16. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

25.17. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

25.17.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

25.17.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da aquisição;

25.17.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

25.17.4. As apurações e aplicação de sanções administrativas pelas infrações correrão sem prejuízo das sanções cominadas no Decreto nº 28.874/2024, conforme se segue:

[...]

**Art. 185.** A apuração de infração administrativa que enseja a imposição de advertência ou multa, isoladas ou cumulativamente, se dará mediante rito simplificado, observadas as garantias do administrado.

Parágrafo único. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato.

[...]

## 26. DIREITOS AUTORAIS

26.1. A forma de contratação do objeto não exige a previsão de direitos autorais, propriedade intelectual, nem tampouco sigilo e segurança de dados, conforme Art. 42, inciso XXVII, do Decreto Estadual Nº. 28.874/2024.

## **27. REQUISITOS PARA SERVIÇOS QUE ENVOLVAM SOLUÇÃO DE TIC.**

27.1. O objeto da presente dispensa não envolve soluções de TIC, conforme Art 42, inciso XXVIII, do Decreto Estadual 28.874/2024

## **28. DOS CASOS OMISSOS**

28.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste termo de referência e seus anexos, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa dispensa, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21 e Decreto Estadual 28.874/2024, aplicando-se paralelamente.

## **29. DEMAIS CONDIÇÕES**

29.1. A Contratada deverá ter pleno conhecimento das exigências de qualidade dos materiais a serem fornecidos, estabelecidos neste Termo de Referência, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade em saúde e afins;

29.2. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada e/ou meio eletrônico para [cotacao1gadsesau@gmail.com](mailto:cotacao1gadsesau@gmail.com);

29.3. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada;

29.4. Quaisquer tolerância da Administração Pública quanto à eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

29.5. Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência e seus ANEXOS;

29.6. Qualquer documento necessário à participação na presente contratação, se apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado;

29.7. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser da mesma empresa que efetivamente vai fornecer os objetos da presente contratação;

29.8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Termo de Referência e seus Anexos;

29.9. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente;

29.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Termo de Referência e seus Anexos, o contratante considerará o proponente inabilitado;

29.11. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

29.12. Certifica-se que esta Secretária de Estado da Saúde de Rondônia-SESAU/RO atende ao princípio da segregação de funções, conforme art. 7º, §1º, da Lei 14.133/21 e art. 12 do Decreto 11.246/22.

29.13. Tratando-se a presente aquisição de interesse público, conforme a Lei Federal de acesso à informação Nº. 12.527/2011, o conteúdo deste Termo de Referência e seus anexos não dispõem de informações que gerem enquadramento nas ressalvas legais para sigilo ou restrição de acesso à informações, tendo em vista o exposto classificamos o Termo de Referência com nível de acesso público, conforme Instrução Normativa SEGES/ME Nº. 81/2022.

## **30. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (NÃO SE APLICA)**

30.1. Considerando que o presente processo não tem por objeto central a contratação de serviço continuado com fornecimento de mão de obra exclusiva, temos que não se aplica à presente aquisição a obrigatoriedade de apresentação junto a proposta de planilha de decomposição de custos e formação de preço, conforme Art. 42, inciso XXX, do Decreto Estadual No. 28.874/2024.

## 31. PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

### 31.1. Justificativa à Dispensa em Razão do Valor:

31.1.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem, obrigatoriamente, um regime regulamentado por Lei.

31.1.2. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, que determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

31.1.3. A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

31.1.4. Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

31.1.5. O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

31.1.6. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

31.1.7. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação, trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

(...)

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [\(Vide Decreto nº 11.817, de 2023\) \(Vigência\)](#).

31.1.8. Ressaltamos a publicação do Decreto nº 11.817 de 29 de dezembro de 2023 que atualizou os valores das modalidades de licitação, especificamente, que passaram a conter a seguinte redação:

31.1.9. A regra atual, com base na norma acima, é a seguinte:

<b>OUTRAS COMPRAS SERVIÇOS</b>	<b>E</b>	R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras; (Conforme atualização vide Decreto Nº 12343 de 30/12/2024)
--	----------	--

31.2. A presente aquisição **não configura fracionamento de despesa**, conforme verificado em consulta ao NAP/SESAU (0066643605).

31.3. De acordo com o **Despacho a soma das aquisições similares em andamento não ultrapassa o limite legal** para contratação por dispensa de licitação com base no valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

## 32. ANEXOS

32.1. Anexo I - SAMS (0059867754);

Elaboração:

**ENOI MARIA MESQUITA LEITE**

Técnico do Núcleo de Materiais Permanentes - SESAU-NMP

Revisor Técnico

**MÁRCIO AFONSO BASEGGIO**

Chefe de Núcleo de Materiais Permanentes - SESAU-NMP

Revisor Técnico

**ALISSON ANTÔNIO MAIA DE SOUZA**

Gerente de Compras - CECOMP/SESAU

**Aprovo** o presente Termo de Referência e seus anexos, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021. Declaro, sob minha responsabilidade, a veracidade e autenticidade de todas as laudas contidas nestes autos processuais.

**ELOIA DUARTE RODRIGUES**

Secretária Executiva de Estado da Saúde de Rondônia  
SESAU-RO

SESAU  
Secretaria de Estado  
da Saúde

RONDÔNIA  
Governo do Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO AFONSO BASEGGIO, Chefe de Unidade**, em 16/12/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Enoi Maria Mesquita Leite, Técnico(a)**, em 16/12/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON ANTONIO MAIA DE SOUZA, Gerente**, em 16/12/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ELOIA DUARTE RODRIGUES, Secretário(a) Executivo(a)**, em 19/12/2025, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **67497634** e o código CRC **F4DB8762**.



**RONDÔNIA**  
★  
Governo do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU  
NÚCLEO DE MATERIAIS PERMANENTES - SESAU-NMP

**SAMS**

SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS – SAMS			
<b>Órgão Requiritante:</b>	Secretaria do Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO		<b>Nº. Processo:</b> 0036.039948/2025-12
<b>Fonte de Recurso:</b>	1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde (Estadual) 2.500.0.01002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde - Superávit (Estadual) 1.600.0.00001 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Federal) 2.600.0.00001 Superávit - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Federal)	<b>Programa Atividade:</b> 17.012.10.302.2034.4011 - MANTER SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS	<b>Unidades Atendidas:</b> Centro de Reabilitação de Rondônia - <b>CERO</b>
<b>Exposição de Motivo:</b>	Aquisição de formulários de aplicação testes e protocolos diagnósticos especializados, destinados ao rastreamento e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos, solicitado através do Documento de Oficialização de Demanda nº 10/2024/CERO-GAB (0063525634).		<b>Elemento Despesa:</b> 3.3.90.30 - Material de consumo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	EDITORA/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	---------	------------	---------------	----------------	-------------

01	<b>Formulários de registro - ESCALA BAYLAY</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			
02	<b>Relatórios para o cuidador - ESCALA BAYLAY</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			
03	<b>Questionários socioemocionais e de comportamento adaptativo - ESCALA BAYLAY</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			
04	<b>Formulários de registro da escala cognitiva - ESCALA BAYLAY</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			
05	<b>Formulários de registro da escala de linguagem - ESCALA BAYLAY</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			
06	<b>Formulários de registro da escala motora - ESCALA BAYLAY</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			
07	<b>Formulários de registro do teste de triagem - ESCALA BAYLAY</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			
08	<b>RELATÓRIOS PARA O CUIDADOR</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			
09	<b>QUESTIONÁRIOS SOCIEMOCIONAL E DE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO</b> (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08			

10	<p><b>COLEÇÃO TDE II - TESTE DE DESEMPENHO ESCOLAR 2ª EDIÇÃO - COMPOSIÇÃO DO KIT:</b></p> <p><b>ITENS IMPRESSOS POR CONJUNTO (REUTILIZÁVEL):</b> LIVRO DE INSTRUÇÕES (MANUAL) VOL1; GUIA RÁPIDO DE APLICAÇÃO VOL 2; PRANCHA DE ESTÍMULOS LEITURA 1º AO 4º ANO; PRANCHA DE ESTÍMULOS LEITURA 5º AO 9º ANO; COMPOSTO DE PRANCHA ARITMÉTICA;</p> <p><b>ITENS IMPRESSOS (DESCARTÁVEL):</b> 1 LIVRO DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL.3; 2 LIVROS DE APLICAÇÃO DE SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 5 FOLHAS CADA VOL. 6; 2 LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 5 FOLHAS VOL 11; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL.8; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 5º AO 9º VOL 13; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL 4; 2 LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 9; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM FOLHAS VOL 5; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 10; 1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 25 FOLHAS VOL 7; LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 12; LIVRO DE AVALIAÇÃO GERAL COM 25 FOLHAS VOL. 1</p>	KIT	1			
----	---	-----	---	--	--	--

11	<b>LIVRO DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL.3 (Bloco com 25 formulários)</b>	BLOCO	1			
12	<b>LIVROS DE APLICAÇÃO DE SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 5 FOLHAS CADA VOL. 6;</b>	BLOCO	10			
13	<b>LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 5 FOLHAS VOL 11;</b>	BLOCO	10			
14	<b>1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL.8</b>	BLOCO	1			
15	<b>LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 5º AO 9º VOL 13 ( BLOCO COM 5 FORMULÁRIOS)</b>	BLOCO	10			
16	<b>LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL 4;</b>	BLOCO	1			
17	<b>2 LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 9;</b>	BLOCO	1			
18	<b>LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM FOLHAS VOL 5</b>	BLOCO	1			
19	<b>LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 10;</b>	BLOCO	1			
20	<b>LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 25 FOLHAS VOL 7</b>	BLOCO	1			
21	<b>LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 12;</b>	BLOCO	1			
22	<b>LIVRO DE AVALIAÇÃO GERAL COM 25 FOLHAS VOL. 14</b>	BLOCO	1			

23	<p><b>TESTE R-2</b> – TESTE NÃO VERBAL DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇA. COMPOSIÇÃO:</p> <p>1 LIVRO DE INSTRUÇÕES; 1 LIVRO DE EXERCÍCIOS; 1 BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS; 1 CRIVO DE CORREÇÃO. (CRIVO DE CORREÇÃO: CERTIFICADO DE CORREÇÃO ON-LINE).</p>	KIT	01			
24	<p><b>TESTE R-2</b> - (BLOCO DE APLICAÇÃO COM 25 FORMULÁRIOS)</p>	BLOCO	02			
25	<p><b>TESTE SON-R - COMPOSIÇÃO DO KIT:</b></p> <p>01 MALETA DE MADEIRA; 01 MANUAL; 01 SUBTESTE MOSAICOS - CADERNO DE APLICAÇÃO; DUAS MOLDURAS CINZA; CAIXA COM TRÊS COMPARTIMENTOS E TAMPAS INDIVIDUAIS; 01 SUPERTESTE CATEGORIAS - CONJUNTO DE QUADRADOS (OITO VERMELHOS, OITO AMARELOS E NOVE VERMELHO/AMARELOS); 01 SUBTESTE SITUAÇÕES - CADERNO DE APLICAÇÃO; CARTOLINA AMARELA E CAIXA DE CARTÕES; 01 CADERNO SUBTESTE PADRÕES SON-R, CADERNOS DE APLICAÇÃO (50); CARTOLINA AMARELA; 02 LÁPIS; 01 BORRACHA; 01 APONTADOR; 50 FOLHAS DE RESPOSTA; CORREÇÃO INFORMATIZADA.</p>	KIT	01			
26	<p><b>CADERNO SUBTESTE PADRÕES SON-R</b>, de <u>02 anos e meio à 7 anos</u>.- (COM 50 FORMULÁRIOS) TESTE NÃO VERBAL PARA AVALIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA GERAL.</p>	UND	01			

27	<b>PROTOCOLO DE REGISTRO - WASI- ESCALA WECHSLER ABREVIADA DE INTELIGÊNCIA DE EDITORA CASA DO PSICÓLOGO (ANO DE PUBLICAÇÃO: 2014) - INSTRUMENTO RESTRITO A PSICÓLOGOS</b>	UND	50			
28	<b>BLOCO DE FORMULÁRIOS DE RESPOSTAS - CMMS-3 - ESCALA DE MATURIDADE MENTAL COLUMBIA 3 DE EDITORA PEARSON CLINICAL BRASIL ANO de publicação: 2018</b>	BLOCO	02			
29	<b>KIT ETDAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR. COMPOSIÇÃO DO KIT:</b> 1 MANUAL; 5 FICHAS DE AVALIAÇÃO; 1 BLOCO DE PROTOCOLO DE CORREÇÃO COM 25 FORMULÁRIOS.	KIT	01			
30	<b>FICHAS DE AVALIAÇÃO DO ETDAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR</b>	UND	10			
31	<b>BLOCO DE PROTOCOLO DE CORREÇÃO DO ETDAH I I- ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR</b>	BLOCO	02			

32	<p><b>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO – EM PORTUGUÊS COMPOSIÇÃO DO KIT :</b></p> <p>01 MANUAL DE APLICAÇÃO; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE) PARA AS FAIXAS ETÁRIAS: 2,5 A 4,5 ANOS; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE) 4 A 18 ANOS; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE); A PARTIR DE 18 ANOS ADULTO AUTORRELATO; A PARTIR DE 18 ANOS ADULTO HETERORRELATO; A CORREÇÃO CONTÉM NO MÍNIMO 10 FOLHAS DE CADA FORMULÁRIO.</p>	KIT	01			
33	<p><b>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 4,5 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)</b></p>	BLOCO	02			
34	<p><b>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 18 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)</b></p>	BLOCO	02			
35	<p><b>ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA A PARTIR DOS 18 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)</b></p>	BLOCO	02			
36	<p><b>PROTOCOLOS DE REGISTRO - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)</b></p>	UND	10			
37	<p><b>PROTOCOLOS DE RESPOSTA I - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)</b></p>	UND	10			

38	<b>PROTOCOLOS DE RESPOSTA II - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)</b>	UND	10			
39	<b>PROTOCOLOS DE REGISTRO GERAL - WAIS III - ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS (COM 10 GABARITOS CADA).</b>	UND	10			
40	<b>PROTOCOLOS PROCURAR SÍMBOLOS - WAIS III - ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS (COM 10 GABARITOS CADA).</b>	UND	10			
41	<b>VINELAND - 3 - KIT COMPLETO - ESCALAS DE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO VINELAND - COMPOSIÇÃO DO KIT: -</b> 1 MANUAL; 5 FORMULÁRIOS ENTREVISTA EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS ENTREVISTA DE DOMÍNIO; 5 FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES DE DOMÍNIO; 5 FORMULÁRIOS PROFESSORES EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS PROFESSORES DE DOMÍNIO.	KIT	01			
42	<b>FORMULÁRIOS ENTREVISTA EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).</b>	UND	40			
43	<b>FORMULÁRIOS ENTREVISTA DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).</b>	UND	40			
44	<b>FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).</b>	UND	40			

45	<b>FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES DOMÍNIO</b> (COM GABARITOS CADA).	<b>DE 5</b>	UND	40		
46	<b>FORMULÁRIOS PROFESSORES EXTENSIVO</b> (COM GABARITOS CADA).	5	UND	40		
47	<b>FORMULÁRIOS PROFESSORES DOMÍNIO</b> (COM GABARITOS CADA).	<b>DE 5</b>	UND	40		
48	<b>NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS II (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);</b>		BLOCO	02		
49	<b>NEUPSILIN-INF-LIVRO DE APLICAÇÃO (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS).</b>		BLOCO	02		
50	<b>NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS volume III (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);</b>		BLOCO	02		
51	<b>NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS volume IV (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);</b>		BLOCO	02		
52	<b>FIGURAS COMPLEXAS DE REY - COMPOSIÇÃO DO KIT:</b> 01 MANUAL; 01 CARTÃO DE APLICAÇÃO FIGURA A E FIGURA B; 01 CARTÃO DE APURAÇÃO FIGURA A; 01 CARTÃO DE APURAÇÃO FIGURA B; 01 BLOCO COM 25 FICHAS DE ANOTAÇÃO FIGURA A; 01 BLOCO COM 25 FICHAS DE ANOTAÇÃO FIGURA B.		KIT	02		

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	<b>USO EXCLUSIVO DA SESAU:</b>	Valor da Proposta:
	Data:	Fone:		Validade Proposta: <b>90 dias</b>
	E-mail da empresa:			Prazo de Entrega:

Banco:	Assinatura:	
Agência:		
C/C:		

A empresa vencedora deverá apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos:  
**CERTIDÕES NEGATIVAS** junto ao INSS, FGTS, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO/TRIBUTOS FEDERAIS, TRIBUTOS ESTADUAIS E TRIBUTOS MUNICIPAIS devendo mantê-las em regularidade até o final do contrato. (Arts. 29 e 55, XIII, da Lei 8666/93)

Elaboração:

**ENOI MARIA MESQUITA LEITE**

Técnico do Núcleo de Materiais Permanentes - SESAU-NMP

Revisor Técnico

**MÁRCIO AFONSO BASEGGIO**

Chefe de Núcleo de Materiais Permanentes - SESAU-NMP

Revisor Técnico

**ALISSON ANTÔNIO MAIA DE SOUZA**

Gerente de Compras - CECOMP/SESAU

**ELOIA DUARTE RODRIGUES**

Secretária Executiva de Estado da Saúde de Rondônia  
 SESAU-RO



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO AFONSO BASEGGIO, Chefe de Unidade**, em 16/12/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Enoi Maria Mesquita Leite, Técnico(a)**, em 16/12/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON ANTONIO MAIA DE SOUZA, Gerente**, em 16/12/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ELOIA DUARTE RODRIGUES, Secretário(a) Executivo(a)**, em 19/12/2025, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador 67541115 e o código CRC C1CAC989.

---

**Referência:** Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0036.039948/2025-12

SEI nº 67541115

## RELATÓRIO

### DE PESQUISA DE PREÇOS

(Processo Administrativo nº 0036.039948/2025-12)

#### 1. PREÂMBULO

O Relatório da Pesquisa de Preços foi elaborada em atenção ao Art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2024. Destaca-se que a Pesquisa de preços foi elaborada por este agente tecnicamente capaz de definir quantitativa e qualitativamente as necessidades do objeto, visando a Aquisição de formulários de aplicação testes e protocolos diagnósticos especializados, destinados ao rastreamento e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos, solicitado através do Documento de Oficialização de Demanda nº 10/2024/CERO-GAB (0055792685).

Esta Justificativa, como ressaltado pelo Professor Ulysses Jacoby, transcende a mera aceitação do preço imposto pelo contratado, demandando uma análise ampla da compatibilidade do valor contratado com o mercado, aferida por meio de métodos que assegurem a economicidade e a adequação aos parâmetros legais. Nesse contexto, a presente justificativa busca fornecer esclarecimentos consistentes e embasados para dissipar quaisquer dúvidas quanto à idoneidade e coerência do processo de contratação em questão, alinhando-se aos princípios basilares que regem as contratações públicas.

#### 2. METODOLOGIA APLICADA

Assim, no presente processo será considerado a metodologia de ordem sub-sequencial constante no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 1º O valor previamente estimada da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de banco de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Em análise ao Decreto Estadual nº 28.874/2024 que regulamenta licitações no âmbito do Governo do estado de Rondônia, percebe-se que a fonte preferencial a ser adotada nas estimativas de preços é banco ou painel de preços, vejamos:

Art. 2º pesquisa de preços deverá ser realizada da forma mais ampla possível e de acordo com o regramento do art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. como fonte preferencial para elaboração de estimativa de valor de veículos oficiais de divulgação de valores referenciais, tais como bancos ou painéis de preços.

Para definição do valor de referência, poderá ser aplicada a metodologia estatística prevista no art. 6º da **IN nº 01/2024/SUPEL-CPEAP**:

**Mediana:** quando o Coeficiente de Variação (CV) for superior a 25,99%.

**Média:** quando o CV foi inferior a 25,99%.

**Menor Preço:** nos casos de mercado restrito, com poucos fornecedores ou único fabricante, conforme o **Acórdão nº 1850/2020 do TCU**.

Antes da escolha do método, os preços foram ordenados e submetidos à medida saneadora, com aplicação do **desvio padrão de 25%**, visando eliminar valores excessivos ou inexecutáveis (**outliers**).

#### I - Painel de Preços (SEI nº Não se fez necessário)

Considerando que o Painel de Preços (**Painel de Preços**) deixou de ser atualizado, conforme comunicado em sua página inicial, que informa ter ocorrido a última atualização dos dados em **04 de julho de 2025**, data a partir da qual o sistema permanecerá apenas para **consulta histórica**, sem novas inserções de preços;

Considerando que o **Banco de Preços** atualmente utilizado já integra e puxa as mesmas informações que constavam no **Painel de Preços**, mantendo assim a fidedignidade e equivalência das fontes de dados oficiais para pesquisa de mercado;

E considerando o disposto no **art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP**, que estabelece que a pesquisa de preços deve observar o prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias** de validade das cotações, verifica-se que as informações constantes no Painel de Preços, atualizadas pela última vez em julho de 2025, encontram-se próximas do vencimento desse limite temporal, o que comprometeria a validade dos dados para fins de estimativa do valor de referência;

Dessa forma, **optou-se por não incluir o Painel de Preços como fonte de pesquisa** neste processo, em razão de sua descontinuidade e da proximidade do vencimento do prazo de validade previsto na norma, adotando-se, em substituição, o **Banco de Preços** como fonte referencial principal, por reunir dados atualizados e compatíveis com os critérios técnicos e normativos exigidos.

"O Painel de Preços deixou de ser atualizado, conforme comunicado disponível na página inicial do próprio site oficial (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), o qual informa que:

"O Painel de Preços teve sua última atualização com dados referentes até o dia 04 de julho de 2025. A partir desta data, deixa de ser atualizado, mas permanece disponível para consulta de informações."

Dessa forma, a partir do referido período, as pesquisas de preços passam a ser realizadas exclusivamente por meio do novo método de pesquisa disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/pesquisa-de-precos>.

Ressalta-se, ainda, que as propostas constantes no Painel de Preços permanecerão válidas apenas até o vencimento dos prazos atualizados na referida data de 04 de julho de 2025."

#### II - Banco de Preços (SEI nº 0065937034)

Em análise ao Banco de Preços (ID **0065937034**), foram identificados diversos valores de balizamento referentes aos serviços solicitados no processo "**SAMS Prévia (0063527149)**".

Em análise mais detalhada dos valores, verifica-se que o objeto dos contratos se assemelha ao pretendido na contratação, sendo possível assim a utilização dos valores constantes no Anexo Banco de Preços (0065937034).

#### III - Banco de Preços em saúde.

O dispositivo de Banco de Preços em Saúde disponível não se aplica a presente contratação, visto que a aquisição de formulários de aplicação testes e

protocolos diagnósticos especializados, destinados ao rastreamento e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos, solicitado através do Documento de Oficialização de Demanda nº 10/2024/CERO-GAB (0055792685), e o portal citado é com finalidade de registro de medicamentos e dispositivos médicos:

O Banco de Preços em Saúde - BPS é um sistema de registro de informações de compras públicas e privadas de medicamentos e dispositivos médicos que existe desde 1998. Sua principal finalidade é possibilitar o uso de informações de compras públicas e privadas de medicamentos e dispositivos médicos, a fim de subsidiar a compra pública mais eficiente no setor saúde, pelos entes federados e instituições de saúde.

**IV - CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/PNCP (SEI nº 0066438065).**

No intuito de atender ao preceito normativo que preconiza a busca por contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, buscou-se diligentemente informações que pudessem subsidiar a análise e definição de preços para o presente processo.

<p>Anexo PNCP - COMPILADO (0066438065)</p>	<p>R\$ 893,61, R\$ 50,94, \$ 19,95, \$ 19,95, \$ 51,09, R\$ 51,20, R\$ 51,28, R\$ 51,28, R\$ 51,28, R\$ 41,05, R\$ 51,25, R\$ 50,12, R\$ 52,44, R\$ 432,74, R\$ 852,37, R\$ 790,25, R\$ 4.452,85, R\$ 4.550,00, R\$ 4.440,03, R\$ 14,27, R\$ 15,14, R\$ 35,57, R\$ 74,26, R\$ 298,25, R\$ 344,21, R\$ 531,53, R\$ 508,38, R\$ 511,58, R\$ 49,08, R\$ 31,05, R\$ 47,52, R\$ 49,60, R\$ 39,44, R\$ 49,08, R\$ 34,61, R\$ 30,89, R\$ 32,29, R\$ 26,00, R\$ 49,08, R\$ 31,07, R\$ 30,89, R\$ 25,67, R\$ 21,27, R\$ 15,95, R\$ 899,90, R\$ 131,77, R\$ 131,77, R\$ 131,77, R\$ 50,38, R\$ 32,74, R\$ 32,78, R\$ 27,37, R\$ 20,52, R\$ 1.058,37, R\$ 23,75, R\$ 25,67, R\$ 25,67, R\$ 248,50, R\$ 62,00, R\$ 248,50 e R\$ 214,24.</p>
--	---

**V - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.**

Em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 28.874/2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito do Governo do Estado de Rondônia, a pesquisa de preços deve observar, preferencialmente, as fontes estabelecidas no referido normativo, buscando garantir a fidedignidade dos valores estimados e a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

No entanto, a utilização de dados provenientes de mídia especializada, tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo Federal ou de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo não se mostrou adequada para a presente estimativa, pelos seguintes motivos:

- 1. Incompatibilidade técnica e especificações distintas** – As informações disponíveis nas referidas fontes não contemplam as especificações técnicas exatas dos itens demandados, apresentando variações de marca, modelo, configuração ou características que poderiam comprometer a exatidão da estimativa.
- 2. Desatualização ou ausência de dados regionais** – As tabelas e mídias consultadas não apresentam valores atualizados ou não refletem a realidade de mercado local, especialmente no contexto regional do Estado de Rondônia, podendo gerar distorções na formação do preço estimado.
- 3. Falta de representatividade comercial** – As mídias e sítios eletrônicos consultados não possuem abrangência suficiente para retratar as condições

comerciais efetivamente praticadas por fornecedores que atuam na localidade, o que inviabiliza a adoção de seus valores como base comparativa.

**4. Predominância de fontes mais aderentes** – Optou-se por adotar, de forma fundamentada, outras fontes de pesquisa de preços mais adequadas e fidedignas, tais como cotações diretas junto a fornecedores do ramo, atas de registro de preços vigentes ou contratações recentes realizadas por órgãos públicos, que demonstraram maior conformidade com o objeto e com o mercado local.

Dessa forma, a não utilização das referidas fontes se justifica pela necessidade de assegurar a precisão e a confiabilidade da estimativa de preços, em observância aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da eficiência previstos no Decreto Estadual nº 28.874/2024 e na Lei Federal nº 14.133/2021.

**VI - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital. (0065288047)**

A utilização de pesquisa direta com fornecedores locais deve ser observada com cautela pela Administração Pública durante a elaboração da estimativa, de forma que possa aferir que de fato os valores refletem a realidade do mercado. A Instrução Normativa/SEGES-ME nº 65 de 07 de julho de 2021 estabeleceu que a Lei 14.133/2021 dispõe que os cinco parâmetros citados podem ser adotados de forma combinada ou não, **acrescenta que deverão ser priorizados os dois primeiros parâmetros, ou seja, o módulo integrado para pesquisa de preços no sistema Compras.gov.br; e as contratações similares feitas pela Administração Pública.** As demais fontes devem ser utilizadas de forma complementar ou subsidiária, com as devidas justificativas, **devendo ser evitada a cotação somente junto a potenciais fornecedores**, vejamos:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

**§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos. (grifo nosso)**

O Decreto Estadual nº 28.874/2024, através do art. 51 regulamentou as formas de pesquisa de preços previstas no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, e definiu-se como base preferencial para os preços os valores de veículos oficiais, tais como bancos ou painéis de preços, bem como ainda exigindo a justificativa quando a pesquisa realizada somente por meio de pesquisa de mercado:

Art. 51.A pesquisa de preços deverá ser realizada da forma mais ampla possível e de acordo com o regramento do art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º Adotar-se-á como fonte preferencial para elaboração de estimativa de valor de veículos oficiais de divulgação de valores referenciais, tais como bancos ou painéis de preços.

§ 2º A realização de estimativa de valor exclusivamente por meio de pesquisa de mercado somente será admitida em caso de expressa justificativa do setor responsável, devendo ser observada a pluralidade e atualidade das propostas com a correspondente justificativa de escolha dos agentes econômicos pesquisados.

O Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº 1.875/2021-Plenário já definiu que os valores deverão ser baseados em cestas de preços, sendo preferencialmente os preços públicos oriundos de outros certames e somente utilizado pesquisa junto a fornecedores em caso de ausência extrema de preços públicos, vejamos:

9.5.1. as pesquisas de preços para estimativa de valor de objetos a serem licitados devem ser baseadas em uma “cesta de preços”, devendo dar preferência para preços públicos, oriundos de outros certames;

9.5.2. a pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, **na extrema ausência de preços públicos ou cestas de preços referenciais**;

A demora na finalização do quadro comparativo de preços ocorreu em razão da ausência de retorno por parte da empresa **Nova Letra**, distribuidora oficial da **Bayley** no Estado de Rondônia, à solicitação encaminhada por meio de **Telegrama – Contato com a Nova Letra (Id. 0066439161)**. Diante dessa situação, o fechamento do referido quadro está sendo executado considerando o prazo estimado necessário para o recolhimento das cotações pendentes.

**Os demais itens contaram com ofertas obtidas por meio de fornecedores e foram priorizados conforme os valores disponíveis nos sítios oficiais, de modo a assegurar a confiabilidade e transparência na composição da cesta de preços e na estimativa utilizada no processo.**

**VII - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.**

Com o objetivo de ampliar a transparência do uso dos recursos públicos e fomentar mecanismos de participação social, a Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, passou a publicar as notas fiscais eletrônicas relativas às aquisições de produtos e serviços pela administração pública federal no Portal da Transparência. Esta é uma das ações previstas no Plano Anticorrupção do Governo Federal (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/anticorrupcao/plano-anticorrupcao.pdf>) e está amparada no Decreto nº 10.209/2020, que autorizou a publicação dessas notas fiscais eletrônicas.

Além disso, a determinação da divulgação das notas fiscais eletrônicas também está prevista na Lei nº 14.129/2021 (Lei de Governo Digital). Os novos dados estão disponíveis em [Consultas Detalhadas - Notas Fiscais](#), com a possibilidade de se realizar buscas por nota, por produtos/serviços, por fornecedor e por órgão.

O Decreto Estadual nº 28.874/2024, através do art. 51 regulamentou as formas de pesquisa de preços previstas no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, e definiu-se como base preferencial para os preços os valores de veículos oficiais, tais como bancos ou painéis de preços:

Art. 51.A pesquisa de preços deverá ser realizada da forma mais ampla possível e de acordo com o regramento do art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º Adotar-se-á como fonte preferencial para elaboração de estimativa de valor de veículos oficiais de divulgação de valores referenciais, tais como bancos ou painéis de preços.

§ 2º A realização de estimativa de valor exclusivamente por meio de pesquisa de mercado somente será admitida em caso de expressa justificativa do setor responsável, devendo ser observada a pluralidade e atualidade d propostas com a correspondente justificativa de escolha dos agentes econômicos pesquisados. (grifo nosso)

O Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº 1.875/2021-Plenário já definiu que os valores deverão ser baseados em cestas de preços, **sendo preferencialmente os preços públicos oriundos de outros certames**, vejamos:

9.5.1. as pesquisas de preços para estimativa de valor de objetos a serem licitados devem ser baseadas em uma “cesta de preços” **devendo dar preferência para preços públicos, oriundos de outros certames**;

**Diante disso, percebe-se que não existiu necessidade no processo a realização de pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, considerando a existência de preços públicos que possibilitem a realização da cesta de preços e estimativa necessária.**

**E ressalta-se que não há nenhum sítio eletrônico que demonstra a ampla base de dados das notas fiscais eletrônicas**

**3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS**

QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇO																
0036.039948/2025-12																
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	Banco de Preços 0065937034				PNCP 0066438065						Empresa	PREÇO DO MENOR (RS)	PREÇO DA MEDIAN (RS)
				V. Unitário 1	V. Unitário 2	V. Unitário 3	V. Unitário 1	V. Unitário 2	V. Unitário 3	V. Unitário 4	V. Unitário 5	V. Unitário 6	V. Unitário 1 Casa do Neuropsicopedagogo 0065288047			
1	Formulários de registro - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	R\$ 33,90	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,70	R\$ 24,70	R\$ 29,30

2	Relatórios para o cuidador - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,70	R\$ 24,70	R\$ 24,70
3	Questionários socioemocionais e de comportamento adaptativo - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 29,48	R\$ 29,48	R\$ 29,48
4	Formulários de registro da escala cognitiva - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,70	R\$ 24,70	R\$ 24,70
5	Formulários de registro da escala de linguagem - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,70	R\$ 24,70	R\$ 24,70
6	Formulários de registro da escala motora - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,70	R\$ 24,70	R\$ 24,70
7	Formulários de registro do teste de triagem - ESCALA BAYLAY (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,70	R\$ 24,70	R\$ 24,70
8	RELATÓRIOS PARA O CUIDADOR (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,70	R\$ 24,70	R\$ 24,70
9	QUESTIONÁRIOS SOCIEMOCIONAL E DE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	08	R\$ 21,45	R\$ 29,70	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,70	R\$ 21,45	R\$ 24,70
10	COLEÇÃO TDE II - TESTE DE DESEMPENHO ESCOLAR 2ª EDIÇÃO - COMPOSIÇÃO DO KIT:	KIT	1	R\$ 881,00	R\$ 881,00	R\$ 881,00	R\$ 893,61	R\$ 852,37	R\$ 790,25	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 930,96	R\$ 790,25	R\$ 881,00
11	LIVRO DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL.3 (Bloco com 25 formulários)	BLOCO	1	R\$ 52,00	R\$ 53,00	N/C	R\$ 50,94	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 63,00	R\$ 50,94	R\$ 52,50
12	LIVROS DE APLICAÇÃO DE SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 5 FOLHAS CADA VOL. 6;	BLOCO	10	R\$ 19,00	R\$ 25,00	N/C	R\$ 19,95	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 29,00	R\$ 19,00	R\$ 22,48
13	LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 5 FOLHAS VOL 11;	BLOCO	10	R\$ 14,40	N/C	N/C	R\$ 19,95	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 29,00	R\$ 14,40	R\$ 19,95
14	1 LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL.8	BLOCO	1	R\$ 52,07	R\$ 54,00	R\$ 54,00	R\$ 51,09	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 51,09	R\$ 54,00
15	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE LEITURA 5º AO 9º VOL 13 ( BLOCO COM 5 FORMULÁRIOS)	BLOCO	10	R\$ 52,07	R\$ 54,00	R\$ 54,00	R\$ 51,20	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 51,20	R\$ 54,00
16	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM 25 FOLHAS VOL 4;	BLOCO	1	R\$ 53,00	R\$ 53,00	R\$ 54,00	R\$ 51,28	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 51,28	R\$ 53,00
17	2 LIVROS DE APLICAÇÃO SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 9;	BLOCO	1	R\$ 52,00	R\$ 53,00	N/C	R\$ 51,28	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 51,28	R\$ 52,50
18	LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 1º AO 4º ANO COM FOLHAS VOL 5	BLOCO	1	R\$ 53,00	R\$ 53,00	N/C	R\$ 51,28	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 51,28	R\$ 53,00
19	LIVRO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA SUBTESTE ESCRITA 5º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 10;	BLOCO	1	R\$ 53,00	R\$ 53,00	N/C	R\$ 41,05	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 41,05	R\$ 53,00
20	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 1º AO 5º ANO COM 25 FOLHAS VOL 7	BLOCO	1	R\$ 39,39	R\$ 53,00	N/C	R\$ 51,25	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 39,39	R\$ 52,13
21	LIVRO DE AVALIAÇÃO SUBTESTE ARITMÉTICA 6º AO 9º ANO COM 25 FOLHAS VOL 12;	BLOCO	1	R\$ 51,00	R\$ 53,00	N/C	R\$ 50,12	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 50,12	R\$ 52,00
22	LIVRO DE AVALIAÇÃO GERAL COM 25 FOLHAS VOL. 14	BLOCO	1	R\$ 86,90	R\$ 87,00	N/C	R\$ 52,44	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 64,00	R\$ 52,44	R\$ 75,45
23	TESTE R-2 – TESTE NÃO VERBAL DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇA. COMPOSIÇÃO:	KIT	01	R\$ 471,31	R\$ 696,99	N/C	R\$ 432,74	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 521,30	R\$ 432,74	R\$ 496,30
24	TESTE R-2 - (BLOCO DE APLICAÇÃO COM 25 FORMULÁRIOS)	BLOCO	02	R\$ 44,40	R\$ 50,00	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 44,40
25	TESTE SON-R - COMPOSIÇÃO DO KIT:	KIT	01	R\$ 4.620,06	R\$ 4.693,17	R\$ 5.324,00	R\$ 4.452,85	R\$ 4.550,00	R\$ 4.440,03	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 4.484,00	R\$ 4.440,03	R\$ 4.550,00
26	CADERNO SUBTESTE PADRÕES SON-R, de 02 anos e meio à 7 anos. - (COM 50 FORMULÁRIOS) TESTE NÃO VERBAL PARA AVALIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA GERAL.	UND	01	R\$ 16,00	R\$ 25,00	N/C	R\$ 15,14	R\$ 14,27	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 24,00	R\$ 14,27	R\$ 16,00
27	PROTOCOLO DE REGISTRO - WASI- ESCALA WECHSLER ABREVIADA DE INTELIGÊNCIA DE EDITORA CASA DO PSICÓLOGO (ANO DE PUBLICAÇÃO: 2014) - INSTRUMENTO RESTRITO A PSICÓLOGOS	UND	50	R\$ 33,90	R\$ 33,98	N/C	R\$ 35,57	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 43,98	R\$ 33,90	R\$ 34,78

28	BLOCO DE FORMULÁRIOS DE RESPOSTAS - CMMS-3 - ESCALA DE MATURIDADE MENTAL COLÚMBIA 3 DE EDITORA PEARSON CLINICAL BRASIL ANO de publicação: 2018	BLOCO	02	R\$ 100,00	N/C	N/C	R\$ 74,26	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 80,00	R\$ 74,26	R\$ 80,00
29	KIT ETDHAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/ HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR. COMPOSIÇÃO DO KIT: 1 MANUAL; 5 FICHAS DE AVALIAÇÃO; 1 BLOCO DE PROTOCOLO DE CORREÇÃO COM 25 FORMULÁRIOS.	KIT	01	R\$ 185,66	R\$ 203,64	N/C	R\$ 298,25	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 250,00	R\$ 185,66	R\$ 226,8
30	FICHAS DE AVALIAÇÃO DO ETDHAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	UND	10	R\$ 29,70	R\$ 29,57	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 29,57
31	BLOCO DE PROTOCOLO DE CORREÇÃO DO ETDHAH II - ESCALA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	BLOCO	02	R\$ 64,62	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 74,00	R\$ 64,62	R\$ 69,31
32	ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - EM PORTUGUÊS COMPOSIÇÃO DO KIT : 01 MANUAL DE APLICAÇÃO; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE) PARA AS FAIXAS ETÁRIAS: 2,5 A 4,5 ANOS; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE) 4 A 18 ANOS; 01 BLOCO DE FORMULÁRIO DE APLICAÇÃO (TESTE); A PARTIR DE 18 ANOS ADULTO AUTORRELATO; A PARTIR DE 18 ANOS ADULTO HETERORRELATO; A CORREÇÃO CONTÉM NO MÍNIMO 10 FOLHAS DE CADA FORMULÁRIO.	KIT	01	R\$ 547,84	R\$ 573,95	R\$ 648,46	R\$ 511,58	R\$ 344,21	R\$ 531,53	R\$ 508,38	N/C	N/C	R\$ 551,00	R\$ 344,21	R\$ 539,6
33	ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 4,5 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)	BLOCO	02	R\$ 133,10	R\$ 156,53	N/C	R\$ 131,77	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 153,00	R\$ 131,77	R\$ 143,0
34	ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA 2,5 A 18 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)	BLOCO	02	R\$ 133,10	R\$ 156,53	N/C	R\$ 131,77	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 153,00	R\$ 131,77	R\$ 143,0
35	ESCALA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2ª EDIÇÃO - FORMULÁRIO FAIXA ETÁRIA A PARTIR DOS 18 ANOS (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS)	BLOCO	02	R\$ 133,10	R\$ 156,53	N/C	R\$ 131,77	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 153,00	R\$ 131,77	R\$ 143,0
36	PROTOSCOLOS DE REGISTRO - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)	UND	10	N/C	N/C	N/C	R\$ 50,38	R\$ 49,08	R\$ 31,05	R\$ 47,52	R\$ 49,60	R\$ 39,44	R\$ 60,00	R\$ 31,05	R\$ 49,08
37	PROTOSCOLOS DE RESPOSTA I - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)	UND	10	N/C	N/C	N/C	R\$ 32,74	R\$ 49,08	R\$ 34,61	R\$ 30,89	R\$ 32,29	R\$ 26,00	R\$ 42,00	R\$ 26,00	R\$ 32,74
38	PROTOSCOLOS DE RESPOSTA II - WISC IV - ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS (BLOCO COM 20 FORMULÁRIOS)	UND	10	N/C	N/C	N/C	R\$ 32,78	R\$ 49,08	R\$ 31,07	R\$ 30,89	R\$ 25,67	N/C	R\$ 42,00	R\$ 25,67	R\$ 31,95
39	PROTOSCOLOS DE REGISTRO GERAL - WAIS III - ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS (COM 10 GABARITOS CADA).	UND	10	R\$ 26,14	R\$ 45,00	N/C	R\$ 27,37	R\$ 21,27	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 42,00	R\$ 21,27	R\$ 27,37
40	PROTOSCOLOS PROCURAR SÍMBOLOS - WAIS III - ESCALA DE INTELIGÊNCIA WECHSLER PARA ADULTOS (COM 10 GABARITOS CADA).	UND	10	R\$ 35,41	R\$ 47,00	N/C	R\$ 20,52	R\$ 15,95	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 30,00	R\$ 15,95	R\$ 30,00

41	VINELAND - 3 - KIT COMPLETO - ESCALAS DE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO VINELAND - COMPOSIÇÃO DO KIT: - 1 MANUAL; 5 FORMULÁRIOS ENTREVISTA EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS ENTREVISTA DE DOMÍNIO; 5 FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES DE DOMÍNIO; 5 FORMULÁRIOS PROFESSORES EXTENSIVO; 5 FORMULÁRIOS PROFESSORES DE DOMÍNIO.	KIT	01	R\$ 1.069,94	R\$ 1.069,50	R\$ 1.069,50	R\$ 1.058,37	R\$ 899,90	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 1.096,00	R\$ 899,90	R\$ 1.069,50
42	FORMULÁRIOS ENTREVISTA EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	R\$ 24,69	R\$ 28,27	N/C	R\$ 23,75	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 34,00	R\$ 23,75	R\$ 26,48
43	FORMULÁRIOS ENTREVISTA DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	R\$ 15,25	R\$ 15,25	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 34,00	R\$ 15,25	R\$ 15,25
44	FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	R\$ 24,39	R\$ 24,39	N/C	R\$ 25,67	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 34,00	R\$ 24,39	R\$ 25,03
45	FORMULÁRIOS PAIS/CUIDADORES DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	R\$ 15,25	N/C	N/C	R\$ 25,67	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 34,00	R\$ 15,25	R\$ 25,67
46	FORMULÁRIOS PROFESSORES EXTENSIVO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	R\$ 24,69	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 34,00	R\$ 24,69	R\$ 29,35
47	FORMULÁRIOS PROFESSORES DE DOMÍNIO (COM 5 GABARITOS CADA).	UND	40	R\$ 27,60	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 34,00	R\$ 27,60	R\$ 30,80
48	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS II (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	02	N/C	N/C	N/C	R\$ 248,50	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 111,00	R\$ 111,00	R\$ 179,70
49	NEUPSILIN-INF-LIVRO DE APLICAÇÃO (BLOCO COM 10 FORMULÁRIOS).	BLOCO	02	R\$ 120,00	N/C	N/C	R\$ 62,00	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 111,00	R\$ 62,00	R\$ 111,00
50	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS volume III (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	02	R\$ 154,00	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 111,00	R\$ 111,00	R\$ 132,50
51	NEUPSILIN-INF -LIVRO DE ESTÍMULOS volume IV (BLOCO COM 25 FORMULÁRIOS);	BLOCO	02	R\$ 132,67	N/C	N/C	R\$ 248,50	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 111,00	R\$ 111,00	R\$ 132,60
52	FIGURAS COMPLEXAS DE REY - COMPOSIÇÃO DO KIT: 01 MANUAL; 01 CARTÃO DE APLICAÇÃO FIGURA A E FIGURA B; 01 CARTÃO DE APURAÇÃO FIGURA A; 01 CARTÃO DE APURAÇÃO FIGURA B; 01 BLOCO COM 25 FICHAS DE ANOTAÇÃO FIGURA A; 01 BLOCO COM 25 FICHAS DE ANOTAÇÃO FIGURA B.	KIT	02	R\$ 368,35	R\$ 386,00	R\$ 386,43	R\$ 214,24	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	R\$ 436,00	R\$ 214,24	R\$ 386,00
<b>VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO</b>													<b>R\$ 24.292,48</b>		

O Valor total estimado da aquisição é de R\$ 24.292,48 (vinte e quatro mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos)

#### Justificativa para utilização de menos de três preços na pesquisa de mercado

Conforme o disposto no art. 6º, §6º, da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP, excepcionalmente, é admitida a determinação do preço estimado com base em **menos de três cotações**, desde que devidamente justificada nos autos pela equipe de planejamento da unidade requisitante e aprovada pela autoridade competente.

No presente caso, não foi possível obter três orçamentos válidos devido à **baixa oferta de mercado para o item/serviço pesquisado, ausência de fornecedores localizados, e/ou falta de retorno às solicitações de cotação encaminhadas dentro do prazo regulamentar**, conforme registro de tentativas documentadas nos autos.

Dessa forma, para não comprometer o andamento processual e garantir a continuidade do serviço público, foi adotada a **metodologia de cálculo do preço estimado** com base nas **propostas válidas recebidas**, observando-se os critérios de razoabilidade, economicidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado, conforme previsto no art. 23, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 34 e 52 do Decreto Estadual nº 28.874/2024/RO.

Ressalta-se que a equipe de planejamento manteve o devido registro das consultas realizadas, das respostas obtidas e das fontes consultadas, em observância aos princípios da **transparência, motivação e publicidade administrativa**, conforme estabelecido na legislação supracitada.

Sendo que conforme foi solicitados nos contatos de Whatsapp a maioria das empresas não podiam cotar por já ter uma distribuidora aqui em Rondônia e por questões contratuais, não podiam cotar para a instituição solicitante.

A distribuidora local fez questionamentos e ficou sem responder conforme Id.(0066439161)

#### 4. DA ANÁLISE DOS VALORES OBTIDOS E DEFINIÇÃO DE VALOR DE REFERÊNCIA

Diante do exposto, considerando que o Decreto Estadual nº 28.874/24 define em seu Art. 53:

Art. 3º resultado da pesquisa de preços será a **média, mediana ou o menor dos preços obtidos**, observados os seguintes parâmetros:

- I - para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, deverá ser realizada análise crítica dos preços pesquisados, a fim de verificar eventuais propostas cujos preços possam ser considerados inexequíveis ou excessivamente elevados e, ainda, verificar a similaridade com o objeto, especificações, qualidade, prazos e garantias definidos pela Administração;
- II - o responsável deverá fazer um balizamento entre o resultado obtido e os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, através da análise de contratos recentes ou vigentes, Atas de Registro de Preços e outros meios para verificar se o resultado apresenta o preço praticado no mercado.

Os documentos que deram suporte para justificar o tratamento dado aos preços coletados, bem como a metodologia que foi aplicada encontram-se anexos aos

autos, conforme pesquisas, oriunda do site [Banco de Preço](#), [Painel de Preços](#) e [PNCP](#) os quais contemplam os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

## 5. CONCLUSÃO

Em conclusão, ratificamos que a pesquisa de preços realizada para embasar o presente certame seguiu criteriosamente os preceitos estabelecidos na legislação vigente. O parâmetro estabelecido no art. 51, §8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024 foi cuidadosamente cumprido e obtido preço através de ampla cesta de preços utilizada para estimativa do valor, demonstrando a diligência da administração na busca por referências adequadas para a definição dos valores estimados.

Visto isso e considerando o caso concreto, diante da conformidade com os dispositivos legais e da adequada justificação dos parâmetros utilizados, o presente processo demonstra o compromisso da administração em conduzir uma pesquisa de preços idônea e alinhada aos princípios da Administração Pública, assegurando, dessa forma, a lisura e a legalidade do procedimento de contratação, atendendo ainda o princípio da economicidade pública, tendo o processo o valor total estimado da aquisição é de **RS 24.292,48 (vinte e quatro mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos)**

Porto Velho, data e hora do sistema.

### Elaborado por:

**Yohran Mota Feitosa**

Núcleo de Procedimentos Acessórios - NPA

### Revisado por:

**Junior Santana de Araujo**

Chefe de Núcleo - SESAU/NPA



Documento assinado eletronicamente por **Junior Santana de Araujo, Chefe de Núcleo**, em 13/11/2025, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yohran Mota Feitosa, Técnico(a)**, em 13/11/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066438383** e o código CRC **47371612**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU  
NÚCLEO DE PROCEDIMENTOS ACESSÓRIOS - SESAU-NPA

**AVISO**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 28/2026. UASG: 927502;**

Nº Processo: 0036.039948/2025-12;

Objeto: Aquisição de formulários de aplicação testes e protocolos diagnósticos especializados, destinados ao rastreamento e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos nos Serviços de Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia e Fisioterapia Neurológica do Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO;

Data da sessão eletrônica: **03/03/2026;**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: [Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP](https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1) ou <https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1>

*- assinado eletronicamente -*

**RODRIGO SOUZA DAVID**

Sub-Coordenador Administrativo  
CAD/SESAU-RO



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SOUZA DAVID**, **Gerente**, em 24/02/2026, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **67844380** e o código CRC **EB0C4988**.

**Referência:** Caso responda este(a) Aviso, indicar expressamente o Processo nº 0036.039948/2025-12

SEI nº 67844380



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU  
NÚCLEO DE PROCEDIMENTOS ACESSÓRIOS - SESAU-NPA

**AVISO**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI N.º 14.133/2021.**

**DISPENSA ELETRÔNICA N.º 28/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0036.039948/2025-12**

Torna-se público que a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA**, por meio da GERÊNCIA DE COMPRAS - GECOMP, sediada na Rua Pio XII, S/N - Edifício Rio Machado, Reto IV, Bairro Pedrinhas, na cidade de Porto Velho/RO, realizará Dispensa, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME n.º 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

<b>UASG:</b>	927502
<b>Unidade Requisitante:</b>	Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - CAP.
<b>Data da sessão eletrônica:</b>	<b>03/03/2026</b>
<b>Horário da fase de lances:</b>	<b>09h00min às 15h00min (Horário de Brasília - DF)</b>
<b>Endereço eletrônico da sessão:</b>	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&amp;status=todos&amp;pagina=1">Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP</a> <a href="https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&amp;status=todos&amp;pagina=1">https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&amp;status=todos&amp;pagina=1</a>
<b>Critério de Julgamento:</b>	<b><u>Menor preço por ITEM</u></b>

**NOTA:**

INFORMAMOS QUE NA AUSÊNCIA DE DESCRIÇÕES IDÊNTICAS AO(S)

ITEM(ENS), POR OCASIÃO DE AUSÊNCIA DO CADASTRAMENTO JUNTO AO SISTEMA COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL, OS MESMOS FORAM CADASTRADOS COM DESCRIÇÕES SIMILARES; BEM COMO, EM RAZÃO DE ESPAÇO NO SISTEMA, O(S) ITEM(ENS), CASO CADASTRADO(S) INCOMPLETO(S); PARA O REGISTRO DA(S) PROPOSTA(S), DEVE-SE OBSERVAR E ATENDER AOS DESCRITIVOS INFORMADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS RESPECTIVOS ANEXOS, OS QUAIS CONTÊM AS DESCRIÇÕES FIDELÍGNAS DO(S) ITEM(ENS).

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de formulários de aplicação testes e protocolos diagnósticos especializados, destinados ao rastreamento e diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos neurotípicos nos Serviços de Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia e Fisioterapia Neurológica do Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO.

1.1.1. Havendo mais de **um item**, é facultado ao fornecedor participar de quantos forem de seu interesse.

## 2. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O valor estimado para a pretensa contratação é de **R\$ 24.292,48** conforme disposto no item 11. do Termo de Referência.

## 3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.2.1. O portal **Compras.gov.br** pode ser acessado via navegador ou por meio de seu aplicativo oficial.

3.2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

### 3.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.5. Sociedades cooperativas.

3.3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

#### **4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Os fornecedores deverão, no ato do cadastro, indicar a MARCA/FABRICANTE, MODELO/VERSÃO ou indicarem a especificidade CONFORME TR, quando for exigido.

4.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante. Poderá, a título de exemplo, o licitante, inserir no campo marca do cadastro de sua proposta a expressão "marca própria".

4.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.6. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6.1. A proposta deverá conter declaração de que abrange todos os custos relacionados ao cumprimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, pela legislação trabalhista, por normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega.

4.6.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na fase de lances, são de responsabilidade exclusiva do fornecedor, que não poderá pleitear alterações por erro, omissão ou qualquer outro motivo.

4.7. Caso o regime tributário da empresa implique recolhimento de tributos com percentuais variáveis, a cotação deverá corresponder à média dos recolhimentos efetivos realizados nos últimos doze

meses

4.8. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, *Projeto Básico e Projeto Executivo*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **não poderão** retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.11. Não cabe aos licitantes, após a abertura da dispensa, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Aviso e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

4.12. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar o Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.12.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.12.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.12.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.12.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

4.12.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.13. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, também, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos do [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.14.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.14.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.14.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.14.3. O valor mínimo parametrizado terá caráter sigiloso para os demais participantes e também para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## 5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema eletrônico na data e horário estabelecidos neste Aviso, encerrando-se pontualmente no horário previamente definido.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente

por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou lote, conforme julgamento da proposta.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele registrado no sistema.

5.3.1. Será admitido o envio de lances intermediários, entendidos como aqueles superiores ao menor lance registrado no certame, mas inferiores ao último lance ofertado pelo próprio fornecedor.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *menor preço por item*.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, sem que haja a identificação dos licitantes.

5.7. O encerramento da fase de lances ocorrerá automaticamente, no horário indicado previsto neste Aviso, **sem prorrogação ou aplicação de tempo randômico**, conforme previsto na legislação.

5.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

## 6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor **ajustado ao valor do último lance ofertado e/ou valor negociado, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 2 (duas) horas se outro prazo não for fixado, conforme o caso**, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

6.4.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.4.2. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a proposta mais vantajosa deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme termo de referência, com os valores adequados à proposta vencedora.*

6.5. O prazo de validade da proposta não poderá inferior a 90 dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- 6.6.1. Quando vencedora, a empresa apresentar proposta adversa da inicialmente cadastrada no sistema, quanto a **marca/fabricante na proposta**, em desconformidade com o Edital, ou, que contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência. **(QUANDO COUBER A EXIGÊNCIA DE MARCA).**
- 6.6.2. **Que contiver vícios insanáveis;**
- 6.6.3. **Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;**
- 6.6.4. Apresentar preços inexequíveis ou **permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;**
- 6.6.5. **Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;**
- 6.6.6. **Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.**
- 6.6.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.7.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - [SICAF](#) Link: (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarCRC.jsf>);
- 6.7.2. Cadastro Estadual das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, no Portal da Transparência do Governo do Estado de Rondônia - [GOVRO](#) Link: (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/DetalhesFornecedoresImpedidos>);
- 6.7.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica, poderá ser adotada a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU - [TCU CONSOLIDADA](#) Link (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- 6.7.4. Em constando Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão poderá convocar o fornecedor para manifestação prévia a uma desclassificação.
- 6.8. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.10. *Em contratação de limpeza hospitalar, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:*
- 6.10.1. *Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o menor valor global estimado para a contratação.*
- 6.10.1.1. *Aquele que estiver mais bem colocado na disputa, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o menor valor global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes,*
- 6.10.1.2. *Conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de*

exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

6.10.2. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:*

6.10.2.1. *O Menor valor por item estimado para a contratação.*

6.10.2.2. *Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.*

6.10.3. *Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.*

6.10.4. *Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.*

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" ou no "quadro de avisos" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será dado início a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. HABILITAÇÃO**

7.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Termo e seus Anexos e estiverem habilitados para sua participação, desde que desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Instrumento; atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Instrumento;

7.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

7.3. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 à 70 da Lei nº 14.133/2021, **constam no item 17 e subitens do Termo de Referência.**

7.4. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem

emitidos somente em nome da matriz

7.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## 8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo estipulado no Termo de Referência para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta;

8.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A fundamentação para aplicabilidade das sanções encontra-se pormenorizada no **item 25 e subitens** do termo de referência.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os pedidos de informações poderão ser solicitados através do e-mail **cotacao4gadsesau@gmail.com**

10.2. O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Estado de Rondônia Portal Nacional de Compras Públicas - **PNCP** Link (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e na Plataforma do Compras.gov.br - **COMPRAS** Link: (<http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>).

10.3. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), ou mesmo se não houverem propostas (DESERTO), a Administração poderá:

10.3.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.3.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas

10.3.3. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.3.4. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa a procedimento.

10.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Publique-se.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

- assinado eletronicamente -  
**RODRIGO SOUZA DAVID**  
Sub-Coordenador Administrativo  
CAD/SESAU-RO



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SOUZA DAVID**, Gerente, em 24/02/2026, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **67844391** e o código CRC **EB189738**.



**RONDÔNIA**  
★  
Governo do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU  
NÚCLEO DE PROCEDIMENTOS ACESSÓRIOS - SESAU-NPA

**MAPA DE RISCO**

RISCO	POSSÍVEIS CAUSAS	FASE	NÍVEL	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Comunicação ineficiente entre contratada e contratante	Informações de contato insuficientes ou desatualizadas.	Fornecimento	Baixo	Manter boa relação profissional entre contratada e contratante, salvando provas de conversas via dispositivos de mensagens, e-mails, com fornecimento de telefones úteis para comunicação eficiente.	Atualizar frequentemente a lista de dados da empresa com mais de um telefone para contato ou outros meios de comunicação, como e-mail/whatsapp/telegram.	Gerência de Contratos / Contratada
Instrução processual deficitária	Inobservância de requisitos fundamentais para a contratação.	Planejamento	Baixo	Capacitação/atualização frequente dos agentes envolvidos nas fases interna e externa da contratação (equipe de planejamento, funcionários do setor de compras e contratações, pregoeiros).	Reuniões de alinhamento relativo ao processo de contratação para agilizar o saneamento da demanda.	Gerência de Compras / Unidade Requisitante
Falta de recursos financeiros no orçamento	Falta de disponibilidade orçamentária na fonte.	Planejamento	Médio	Realização de planejamento das contratações necessárias com a devida antecedência.	Realização de remanejamento de valores do orçamento para a conta necessária.	Gerência de Contratos / Financeiro
Termo de Referência com especificações e justificativas insuficientes	Levantamento de dados, informações, elementos ou referências inconsistentes.	Planejamento	Médio	Revisar cuidadosamente o Termo de Referência, de maneira a reduzir as inconsistências verificadas no planejamento da contratação.	Realização de análise técnica por parte do setor solicitante acerca do objeto no Termo de Referência.	Gerência de Compras/ Unidade Requisitante
Aumento dos custos operacionais	Ineficiências e custos imprevistos	Planejamento/Execução	Médio-Alto	Realizar uma análise de custos detalhada e prever contingências financeiras	Revisar o orçamento e renegociar termos contratuais	Gerência de Compras / Gerência de Contratos
Atraso na entrega	Fornecedor com problemas de produção, logística ou falta de matéria-prima; demanda maior que a esperada; feriados ou eventos inesperados.	Execução	Alto	Selecionar fornecedores com boa reputação e capacidade de produção; definir prazos realistas; ter um plano B com outros fornecedores.	Contatar o fornecedor imediatamente; renegociar prazos; buscar alternativas emergenciais; comunicar o atraso aos envolvidos.	Contratada

Caixa não atender às especificações técnicas	Material inadequado, erro na descrição do item.	Fornecimento	Alto	Definir especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.	Solicitar substituição ou cancelamento da compra caso não atenda aos requisitos.	Gerência de Contratos / Contratada
Não conformidade com normas regulatórias	Desatualização de normas da Anvisa ou ABNT.	Planejamento	Médio	Consultar normativas vigentes e exigir certificação de conformidade.	Cancelamento do fornecimento e nova aquisição conforme normas atualizadas.	Contratada

A presente análise é um exemplo e a alocação de riscos específica pode ser ajustada de acordo com a negociação entre a SESAU e a potencial contratada.

**BRUNA EVELYN R. ROCHA**

Técnico Administrativo  
SESAU-NPA

**JUNIOR SANTANA DE ARAUJO**

Chefe de Núcleo  
SESAU-NPA

**ALISSON A. MAIA DE SOUZA**

Gerente de Compras  
CECOMP-SESAU

**SESAU**  
Secretaria de Estado  
da Saúde

**RONDÔNIA**  
★  
Governo do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Junior Santana de Araujo, Chefe de Núcleo**, em 02/12/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON ANTONIO MAIA DE SOUZA, Chefe de Unidade**, em 02/12/2025, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Evelyn Rodrigues Rocha, Técnico(a)**, em 02/12/2025, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0067002627** e o código CRC **1AE230B4**.